



**FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO FINAL**

**1. Identificação do Projeto**

**Título do Projeto PIBIC/PAIC**

**PIB-SA/102/2015 Desigualdade e Impostos: Explorando Relações para o Estado do Amazonas**

**Orientador**

**Salomão Franco Neves**

**Aluno**

**Susana Maria Silva e Silva**

**2. Informações de Acesso ao Documento**

**2.1 Este documento é confidencial?**

**SIM**

**NÃO**

**2.2 Este trabalho ocasionará registro de patente?**

**SIM**

**NÃO**

**2.3 Este trabalho pode ser liberado para reprodução?**

**SIM**

**NÃO**

**2.4 Em caso de liberação parcial, quais dados podem ser liberados? Especifique.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DESIGUALDADE E IMPOSTOS: EXPLORANDO RELAÇÕES  
PARA O ESTADO DO AMAZONAS

Bolsista: Susana Maria Silva e Silva, CNPq

MANAUS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-SA/0102/2015

DESIGUALDADE E IMPOSTOS: EXPLORANDO RELAÇÕES  
PARA O ESTADO DO AMAZONAS

Bolsista: Susana Maria Silva e Silva, CNPq

Orientador: Prof. Dr. Salomão Franco Neves

MANAUS

2016

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Departamento de Economia e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Departamento de Economia.

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as implicações do imposto de renda pessoa física no conhecimento da distribuição de renda e de riqueza no Amazonas. De forma específica, pretendeu-se descrever a evolução do IRRF dos 54 municípios do estado do Amazonas nos anos de 2000 e 2010 bem como a evolução do índice de GINI dos 54 municípios do Estado Amazonas nos anos de 2000 e 2010. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto, cujo método foi o dedutivo, onde a desigualdade foi tratada na perspectiva de Piketty (2014). Isto posto, as informações relacionadas ao objeto de estudo foram organizadas por meio de um modelo *cross section* cujos dados estão em forma de ln para possibilitar a análise do quão sensível é a desigualdade frente a estas variáveis explicativas. Assim foram elaborados dois modelos: um para 2000 e outro para 2010, para possibilitar a verificação da evolução da desigualdade de distribuição de renda frente a estas variáveis nos dois anos. No que tange aos resultados, os modelos de regressão propostos tiveram significância, onde a relação entre o índice de Gini e as variáveis IRRF, IPTU e ITBI se apresentaram de forma inversa. Os modelos estimados passaram no teste F com nível de significância de 5%, apresentando  $R^2$  e  $R^2$  ajustado bastante significativo, apresentaram  $p$  valores abaixo de 0,05, com distribuição normal dos resíduos, não indicando também problemas de heteroscedasticidade e de colinearidade. Quanto à evolução do IRRF no estado, este apresentou taxas de crescimento crescente, onde se pôde destacar que todos os municípios dentro das mesorregiões tiveram um crescimento expressivo no ano de 2010 em comparação com o ano 2000, mostrando a ocorrência de um aumento na renda no interior do estado. Em relação ao índice de Gini este se apresentou de forma diversificada relacionando uns aos outros, pois foi possível observar que alguns demonstraram decréscimo e outros apresentaram um aumento. Apesar do grande aumento de renda em algumas regiões no de 2010 esta se mostrou bastante concentrada no referido ano.

Palavras-chave: Desigualdade; Concentração de Renda; Impostos.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the implications of the personal income tax on the distribution of income and wealth in the Amazon. Specifically, sought to describe the evolution of IRRF of the 54 municipalities of Amazonas state in 2000 and 2010 as well as the evolution of the GINI index of the 54 municipalities of Amazonas State in 2000 and 2010. Realized a literature search on the proposed theme, the method was deductive, where inequality has been treated in the perspective of Piketty (2014). That said, the information related to the object of study were organized by a cross section model whose data are in the form of Ln to enable analysis of how sensitive the opposite inequality to these explanatory variables. As well it was developed two models one for 2000 and another for 2010, to allow for verification of the evolution of income distribution inequality against these variables in two years. Regarding the results, the proposed regression models were significant, where the relationship between the Gini index and the IRRF variables, Property tax and ITBI introduced themselves in an inverse way. The estimated models have passed in the F test at 5% significance level, with R2 and R2 adjusted quite significant, with p values below 0.05, with normal distribution of waste not also indicating problems of heteroskedasticity and collinearity. About the evolution of IRRF in the state, it showed increasing growth rates, where one might point out that all municipalities within the meso had a significant growth in 2010 compared to 2000, showing the occurrence of an increase in income in the state. In relation to Gini index this was presented in a diversified manner relating to each other, it was observed that some showed decrease and others showed an increase. Despite the large increase in income in some regions in 2010 this proved quite concentrated in that year.

Keywords: Inequality; Concentration of income; Taxes.

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de crescimento do IRRF - Mesorregião do Triângulo Jutai - Solimões – Juruá. ....	32
Gráfico 2: Arrecadação de IRRF – Mesorregião da Região do Purus.....	33
Gráfico 3: Arrecadação do IRRF - Mesorregião da Região do Juruá. ....	34
Gráfico 4: Arrecadação do IRRF - Mesorregião da Região do Madeira.....	34
Gráfico 5: Arrecadação do IRRF – Mesorregião da Região do Alto Rio Negro. ....	35
Gráfico 6: Arrecadação do IRRF – Mesorregião Região do Baixo Amazonas.....	35
Gráfico 7: Arrecadação do IRRF – Mesorregião da Região do Médio Amazonas. ....	36
Gráfico 8: Arrecadação do IRRF dos municípios de Coari e Manaus. ....	37
Gráfico 9: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Triângulo Jutai-Solimões-Juruá.....	38
Gráfico 10: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Alto Rio Negro.....	39
Gráfico 11: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Juruá.....	39
Gráfico 12: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Médio Amazonas.....	41
Gráfico 13: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Rio Negro – Solimões..	41
Gráfico 14: Relação entre a arrecadação de IRRF em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2000.....	44
Gráfico 15: Relação entre a arrecadação de IRRF em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2010.....	44
Gráfico 16: Relação entre a arrecadação de IPTU em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2000.....	45
Gráfico 17: Relação entre a arrecadação de IPTU em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2010.....	46
Gráfico 18: Relação entre a arrecadação de ITBI em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2000.....	47
Gráfico 19: Relação entre a arrecadação de ITBI em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2010.....	47

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Evidências empíricas selecionadas para o Brasil .....	31
Quadro 2: Estatística de Regressão para o ano 2000 – Variável dependente: GINI ....	48
Quadro 3: Estatística de Regressão para o ano de 2010 – Variável dependente: GINI .....	49



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fluxo de atividade econômica .....	20
Figura 2: Número de vezes que a renda média dos multimilionários foi superior à renda média dos 20% mais pobres no Brasil e outros países da América Latina. ....	27

## SUMÁRIO

Título do Projeto PIBIC/PAIC.....	1
1. INTRODUÇÃO .....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	19
2.1 Concepções sobre Riqueza .....	19
2.2 Causas da Desigualdade de Riqueza e Renda .....	23
2.3 Desigualdade de Renda no Brasil: Evidências Empíricas .....	28
3. CARACTERIZAÇÃO DA AREA DE ESTUDO.....	32
3.1 Evolução da Arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF nos Municípios do Amazonas .....	32
3.2 Evolução do Índice de GINI nos Municípios do Amazonas.....	38
4. DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DO AMAZONAS .....	43
4.1 Impostos e Desigualdade de Renda nos Municípios do Amazonas.....	43
5. CONCLUSÃO .....	52
6. REFERÊNCIAS.....	55
7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES .....	61

## 1. INTRODUÇÃO

A desigualdade na distribuição de renda é considerada uma inquietação nas sociedades e em seus governantes. Esta preocupação é influenciada por diversas variáveis macroeconômicas e sociais, como por exemplo, níveis de educação, saúde, distribuição da carga tributaria etc. (MALTA ET AL., 2010; GRANJA, ZOBOLI, & FRACOLLI, 2009; PIKETTY, 2015). Além disto, esta é vista historicamente como um problema crônico, que apesar de inúmeras políticas e ações publicas a desigualdade ainda permanece em economias atuais no mundo. (LINHARES ET AL, 2012).

Segundo Sen (2000), a desigualdade possui muitas faces, e que dependendo das circunstâncias, algumas delas se tornam motivos particularmente importantes de inquietação e atenção para os formuladores de políticas. Portanto o foco da preocupação pública deve estar dirigido ao aspecto da desigualdade que mais se apresenta como prejudicial, que pode ser expressa pela pobreza extrema, a riqueza exagerada, ou somente uma distribuição de renda muito desequilibrada. (TANZI, 2000).

Isto posto, para Souza (2009), historicamente, a distribuição de renda tem sido bastante desigual no Brasil, de modo que o debate sobre este tema tem sido intenso desde a década de 1960. Em 2000, o Brasil continuava ocupando uma posição de destaque internacional como uma das sociedades mais desiguais do planeta. (FERREIRA, 2000).

Em meio a esta discussão, o Brasil se depara com uma problemática distributiva que foi resultado de um longo processo de exclusão e não de caráter conjuntural da economia. (FERREIRA, 2000). Conforme Souza (2009), ao longo do século XXI, grande parte dos brasileiros de status baixo efetivamente subiu de escala, percorrendo, entretanto, pequenas distancias em contraste com brasileiros de status médio que percorreram grandes distancias.

Desta forma, para demonstrar que a desigualdade é uma das marcas da sociedade brasileira, segundo Souza (2009) e Barros et al (2007), um estudo realizado pelo IBGE revelou que mesmo depois da melhora dos anos 1990 em quase todos os indicadores, ainda existe grande distância entre homens e mulheres, brancos e negros, entre ricos e pobres e entre as regiões, no qual essa distância comprova uma distribuição de recursos totalmente injusta e desigual.

Contudo, diversos autores vêm evidenciando em seus estudos um declínio da desigualdade no Brasil. Para Barros et al (2007), apesar dessa importante redução, a desigualdade no país ainda permanece bem elevada e, mesmo com o ritmo acelerado com o qual vem declinando, “seriam ainda necessários mais de vinte anos para que atingíssemos níveis similares aos da média dos países com um mesmo grau de desenvolvimento que o nosso”.

A desigualdade de distribuição de renda reúne problemas como pobreza e concentração de renda. A pobreza, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), refere-se à situação de extrema ou não de carência, no qual os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente os modos socialmente estabelecidos em cada sociedade. No Brasil, o grau de pobreza atingiu estimativa máxima durante a recessão do início dos anos 80, em 1983 e 1984, quando a porcentagem de pobres superou a barreira dos 50%. Já as maiores quedas foram resultado dos impactos dos planos Cruzado, com uma porcentagem de pobres abaixo dos 30% e plano Real, com uma porcentagem de pobres abaixo de 35%. (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000).

Apesar da redução nesse indicador, o acesso à renda ainda é um fator preocupante. Entre 2001 e 2011, segundo o IDB (2013)<sup>1</sup>, a população com renda domiciliar per capita até US\$ 1,25/dia recuou de 14% para 4,2%. Em paralelo, é percebido que o nível de pobreza é continuamente associado à concentração de renda, de modo que o problema de concentração de renda busca expressar a forma como os rendimentos estão distribuídos entre as classes sociais e os indivíduos. (HOFFMANN, 2002).

A causa inicial de concentração de renda, segundo Alvarez (1996), estaria ligada à acumulação de ativos por parte dos mais ricos, que detêm uma capacidade de propensão a poupar mais que proporcional em relação a sua fatia de renda. A concentração ou não da renda constitui como funciona, um sistema tributário que é a fonte de recursos para praticamente todas as políticas públicas.

Assim, Souza (2009) afirma que o problema de concentração de renda no Brasil é muito mais grave, o volume de dinheiro gerado na sociedade

---

<sup>1</sup> IDB - Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro, 2013.

brasileira é muito maior que a riqueza da elite africana, e enquanto a África sofre com a falta de recursos, os brasileiros geram muita riqueza que fica nas mãos de poucos e não chega à maioria da população, devido às características próprias da história e cultura brasileira.

À vista disso, diversos autores possuem métodos diversificados para medir o índice de desigualdade de distribuição de renda e para demonstrar suas consequências e suas causas. Alguns autores como Barros, Henriques e Mendonça (2000), Souza (2009), Filho e Guzzo (2009) e dentre outros estimam o nível de desigualdade através dos índices de pobreza em uma determinada região. No Brasil, o índice de desigualdade de renda é medido pelo índice de Gini, segundo Holanda, Gosson e Nogueira (2006), ele é utilizado para comparar as distribuições de renda entre diferentes setores da população, tais como as zonas urbanas e rurais.

Ademais, índices de violência, saúde, educação e tributação direta e indireta são mecanismos utilizados por outros autores para verificar o nível de desigualdade de renda e social dentro de uma região. No que se refere à tributação, Thomas Piketty utiliza o Imposto de renda como meio, para constatar a distribuição de renda e riqueza, tanto de seu país, como de outros países que fizeram parte de seu trabalho conhecido como, *Capital in the Twenty-First Century*, publicado em 2014. (AFONSO, 2014).

Segundo Piketty (2014), ativos como imóveis e ações que são em regra, do domínio dos mais ricos, crescem desproporcionalmente mais rápido do que a economia em geral, de modo que a desigualdade está voltando aos níveis do pré-guerra e para conter este processo, o autor sugere medidas políticas, consideradas radicais por autores e políticos, como o imposto global sobre o capital. (MEIRA, SANTOS E TABAK, 2014).

De acordo com autor, “o Fisco de um país é a fonte mais confiável para obtenção de dados sobre a renda. Somente com esses dados em mão, ter-se-ia o instrumento necessário para se verificar a concentração de renda de um país”, e tais dados necessitam ser recolhidos durante um período longo. (MEIRA, SANTOS E TABAK, 2014).

Por conseguinte, o crescimento das sociedades podem gerar novas formas de desigualdade, segundo Piketty (2014) o acúmulo de fortunas de forma rápida em novos setores, é um exemplo disso, assim para o autor a

concentração de riqueza continuará crescendo no século XXI, pois “o capital se acumula nas mãos das famílias que já o detém e, conseqüentemente, é inevitável que a herança (fortunas acumuladas no passado) predomine sobre a poupança (riqueza acumulada no presente)”. (PIKETTY, 2015).

Portanto, a solução proposta pelo autor é a criação de um tributo progressivo sobre o capital, uma vez que um tributo progressivo sobre o capital é uma ferramenta mais apropriada para responder aos desafios do século XXI do que um tributo progressivo sobre a renda. (PIKETTY, 2014; PIKETTY, 2015; MEIRA, SANTOS E TABAK, 2014).

Apesar de o Brasil não ter feito parte do objeto de estudo da pesquisa que Piketty liderava em decorrência de o governo federal não fornecer acesso a declarações individuais ainda que sem identificação do contribuinte (AFONSO, 2014), autores como Afonso (2014), Hoffmann (2002) e Rocha (2002), defenderam em suas análises o impacto distributivo do imposto de renda sobre a desigualdade no Brasil, e os mesmos concluíram que o imposto de renda não é eficaz para a redução da desigualdade, de modo que, Afonso (2014) afirma que devido à realidade social do Brasil um imposto global não seria a melhor solução e que “para taxar os ricos e muito ricos que agora se tornaram empresas, e não mais assalariados bem remunerados, é preciso repensar outros tributos”.

Por conseguinte, segundo Afonso (2014), os bens declarados no IRPF oscilam entre ativos fixos, que, ao final de 2012, aproximavam-se a 55% do PIB, 4 pontos acima do declarado cinco anos antes e investimentos financeiros, que chegaram ao recorde de 49,5% do PIB ao final de 2012. Por ordem de grandeza, aparecem apartamentos (16,5%), casas (14,3%), veículos (9,4%) e terrenos (5,7% do PIB).

De igual modo, no que se refere ao Amazonas, sabe-se que em 2000 a renda familiar per capita para o estado do Amazonas estava em torno de R\$ 173,92, abaixo da média do país que era de R\$ 297,23, de modo que em Manaus os 10% mais ricos correspondiam cerca de 68,06% do total da população. (ATLAS MUNICIPAL). É relevante destacar também que em 2013, o Amazonas teve um aumento de 5,1% no índice de Gini em relação ao ano anterior. (FPA, 2014).

Em relação à arrecadação do Imposto de renda no Amazonas, segundo Nicolau (2015), a arrecadação acumulada no período janeiro a dezembro de 2014 “totalizou R\$ 14,891 bilhões em contraste de R\$ 13,806 bilhões de janeiro a dezembro recolhidos em 2013, apresentando uma variação nominal de 7,85% e real de 1,44% em 2014”. Entretanto, conforme o PNUD (2014), o IDHM da cidade de Manaus foi considerado o pior entre as 16 regiões metropolitanas do país, enquanto que Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Iranduba conseguiram avançar e se classificaram entre o IDH médio. Assim, para Hoffmann (2002), “O efeito do imposto depende, obviamente, do destino que for dado a essa receita. Para reduzir a desigualdade, o ideal é que a receita obtida com o imposto de renda seja usada para combater a pobreza”.

Posto isto, a desigualdade de renda é uma das preocupações do desenvolvimento e do crescimento de regiões do Brasil e de outros países do mundo, de modo que o agravamento da distribuição de renda aponta problemas principalmente como pobreza, devido à concentração de renda entre uma minoria de uma determinada sociedade.

É relevante destacar que a evolução das sociedades demonstra como as condições estruturais e conjunturais contribuíram para que a solução deste problema se tornasse tão complexo de alcançar (ROCHA, 2000), pois a maior parte dos formuladores de políticas públicas ainda não obteve a saída para tal desagrado.

Assim sendo, as análises de desigualdade no Brasil são estudadas através de censos através de pesquisas domiciliares, ou seja, através de índices sociais, e as análises sobre o efeito do imposto de renda foi estudado no Brasil por alguns autores como, Rocha (2000) e Afonso (2014), no qual os autores procuram demonstrar que é preciso as políticas tributárias no Brasil e que como forma de amenizar a desigualdade o IR não se torna eficiente, pois apesar de seu caráter progressivo as transferências ocorrem em menor grau. (PIKETTY, 2015). No que se refere ao estado do Amazonas, as evidências empíricas sobre a desigualdade, grande parte abordam o lado social da mesma, e ainda assim essas evidências são muito pequenas, no que diz respeito ao PNUD este realiza as pesquisas quantitativas genéricas sobre educação, saúde, renda e etc., de modo que os dados são realizados para

cada região do Brasil não fazendo análise sobre a relação da arrecadação do imposto de renda com a desigualdade da distribuição de renda.

Desta forma, a partir das evidências empíricas levantadas, foi possível constatar uma escassez de discursões a respeito da relação entre desigualdade de renda e imposto de renda, tanto no Brasil como no Amazonas. À vista disso, esta pesquisa pode contribuir para o fomento de mais discursões em torno deste tema, visto que a desigualdade tem sido uma grande preocupação para a sociedade e para os formuladores de políticas públicas. (ROCHA, 2000; PIKETTY, 2015).

Por conseguinte, esta pesquisa possui como objetivo geral analisar as implicações do imposto de renda pessoa física no conhecimento da distribuição de renda e de riqueza no Amazonas e de maneira específica descrever a evolução do Imposto de Renda Retido na Fonte dos 54 municípios do estado do Amazonas nos anos de 2000 e 2010, bem como descrever a evolução do índice de GINI dos 54 municípios do Estado Amazonas nos anos de 2000 e 2010.

Quanto à metodologia será realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto, cujo método será o dedutivo, pois a análise será feita a partir de fatos gerais para explicar um particular. No que concerne à fundamentação da pesquisa, a desigualdade será tratada na perspectiva de Piketty (2014), que em sua publicação *Capital in the Twenty-First Century*, apresentou uma investigação histórica sobre a concentração de renda em diversos países, como também discutiu a relação entre a desigualdade de distribuição de renda e os impostos sobre a renda e o patrimônio. (MEIRA, SANTOS E TABAK, 2014).

Assim, em decorrência da necessidade de explorar esta relação para o Estado do Amazonas, serão utilizadas informações de caráter secundário. Desta forma, dada à relação que se procura explorar, serão utilizadas as informações pertinentes aos impostos sobre a renda e o patrimônio disponíveis no banco de dados Finanças do Brasil – Finbra, do Tesouro Nacional. Em paralelo, a desigualdade na distribuição de renda será a contida no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.



A desigualdade será representada nesta pesquisa pelo Índice de Gini, pois se trata de um procedimento estatístico de desigualdade empregado para indicar o grau de concentração de renda de uma região, visto que no Brasil este é frequentemente utilizado em estudos relacionados à distribuição de renda, bem-estar social, pobreza e desenvolvimento econômico, dentre outros. (NISHI, 2010). Por sua vez, as *proxys* para a variável impostos sobre a renda e o patrimônio serão o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos). A escolha destes é justificada pela seguinte situação: uma *proxy* adequada para os impostos sobre a renda será o IRRF, pois este mensura o quanto que o imposto sobre a riqueza afeta os rendimentos da sociedade na fonte.

Por conseguinte, em relação às tributações diretas sobre o patrimônio se tem o IPTU como também o ITBI, pois ao se adquirir um patrimônio este último também é arrecadado, sendo estes também representativos no orçamento público. Portanto tais variáveis são adequadas para representar a categoria impostos sobre a renda e o patrimônio nesta pesquisa.

Isto posto, no intuito de explorar as relações apresentadas, tais informações serão organizadas por meio de um modelo *cross section* estruturado da forma a seguir:

$$GINI = b_1 IRRF + b_2 IPTU + b_3 ITBI$$

onde:

- GINI é o ln do índice de Gini;
- IRRF é ln do IRRF;
- IPTU é o ln do IPTU e;
- ITBI é o ln do ITBI.

É válido ressaltar que os dados estão em forma de ln para possibilitar a análise do quão sensível é a desigualdade frente a estas variáveis explicativas. Consequentemente serão elaborados dois modelos: um para 2000 e outro para 2010, para possibilitar a verificação da evolução da desigualdade de distribuição de renda frente a estas variáveis nos dois anos. À vista disso, os modelos apresentados serão calculados por meio do software *Gretl* 1.7.1, para realizar as análises e cálculos econométricos referente a esta pesquisa.

Esta pesquisa também apresentará um referencial teórico para fundamentar a análise, como também será elaborada uma contextualização das variáveis que serão utilizadas no modelo, conseqüentemente se fará a análise dos resultados encontrados.

É relevante ainda destacar que, este estudo terá como objeto 54 dos 62 municípios do Amazonas. Foram excluídos desse estudo 8 municípios que são:

- Atalaia do Norte
- Boa Vista do Ramos,
- Boca do Acre,
- Canutama,
- Eitunepé,
- Japurá,
- Novo Airão e;
- São Sebastião do Uatumã.

Tais municípios foram excluídos em virtude da não presença de dados no 2000 ou no ano 2010, onde alguns municípios citados acima possuíam dados em 2000 mas não possuíam dados em 2010 e vice-versa, na base do FINBRA que é utilizada por este estudo. Assim optou-se por utilizar apenas os municípios que apresentaram dados nos dois anos de análise desse estudo para a obtenção de um melhor resultado.

Por fim, destaque-se também que em alguns municípios a arrecadação de alguns dos impostos foi 0 no ano 2000. Tal fato pode ser explicado por não ter sido feito a coleta de dados estatísticos nesse ano ou, tendo em vista que esses dados são de pessoas físicas e que os mesmos incidem diretamente sobre a renda e sobre o patrimônio, pode-se afirmar que as pessoas desses municípios não possuíam renda suficiente para que a arrecadação desses impostos incidisse sobre eles, apresentando dessa forma uma arrecadação, no 2000, de 0.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção teórica aborda conceitos e as relações no que diz respeito à riqueza, renda e desigualdade. Desta forma, esta seção está dividida em três subseções. A primeira aborda a percepção sobre o que vem a ser riqueza e como esta era adquirida desde os tempos passados, em seguida a segunda seção demonstra as causas da desigualdade, e na terceira seção se tem uma exposição de algumas evidências empíricas selecionadas sobre a desigualdade de renda no Brasil.

### **2.1 Concepções sobre Riqueza**

A riqueza era vista por muitas sociedades como o ouro e a prata que cada civilização possuía, tendo sua percepção posteriormente ampliada pela ideia de produtividade da agricultura e pela extensão de terra (nas sociedades feudais). Sendo que a importância da produtividade agrícola é levantada pelos fisiocratas, ao passo em que estes enfatizam a produção de mercadorias como riqueza. Logo, para estes, a terra é vista como fonte de riqueza, permitindo o trabalho ser produtivo. (SOUZA, 2005).

Alguns autores clássicos, como François Quesnay e conforme é destacado por Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações*, acreditavam que a terra era o único mecanismo capaz de gerar riqueza, sendo a fertilidade da terra o principal fator para se obter renda. (MALTHUS, 1996; SOUZA, 2009; SMITH, 1996).

A riqueza advinda da terra era denominada como a renda da terra. Segundo Malthus (1996), existiam quatro fatores que podem aumentar ou diminuir esta renda. O primeiro fator a causar uma diminuição da renda oriunda da terra é a acumulação de capital de forma a reduzir os lucros, ou seja, este processo pode contribuir de forma positiva para aumentar a renda da terra na medida em que esta seja menos atrativa em relação aos investimentos destinando ao uso da terra; o outro fator é o considerável aumento populacional, que causa uma baixa nos salários; o terceiro, era destacado como o aumento da produtividade causando uma diminuição do número de trabalhadores; e o quarto fator era o aumento dos preços agrícolas sem uma diminuição nominal das despesas. Foi a partir deste conceito de renda da terra que David Ricardo desenvolveu sua própria teoria sobre renda ao demonstrar a

distribuição do produto nacional na forma de renda, lucros e salários. (NABARRO E SUZUKI, 2010).

Nos dias atuais, conforme Fonseca, Ilha e Maria (2013) a riqueza é entendida como um estoque de renda que não está sendo utilizada, onde diversos economistas costumam definir este estoque como a quantidade de ativos que uma pessoa possui, de modo que este fluxo garante bens e serviços ao longo do tempo. (VARIAN, 2012). Em consequência, Hoffmann (2001) destaca a quantidade de ativos como a acumulação de capital e este passa a ter relação direta com o crescimento econômico.

O crescimento do capital (obtido através da acumulação do capital) proporciona um aumento de investimento e aumento do avanço tecnológico, o que amplia a quantidade de bens e serviços produzidos na economia, proporcionando desta forma o crescimento econômico de uma nação. Dado que a riqueza de uma nação é refletida usualmente pelo PIB, conforme destaca Krugman e Wells (2007), o crescimento econômico leva em consideração a variação do produto ou do conjunto riquezas produzidas por determinado país, tendo como principal requisito uma produtividade crescente. (SOUZA, 2009).

Assim, na medida em que a produção aumenta também é ampliada a geração de renda. Uma vez que o trabalhador é o detentor da força de trabalho, o preço pago por esta força será convertido em renda para o mesmo, sendo este a remuneração que recebe das empresas, conforme destaca a figura 1.

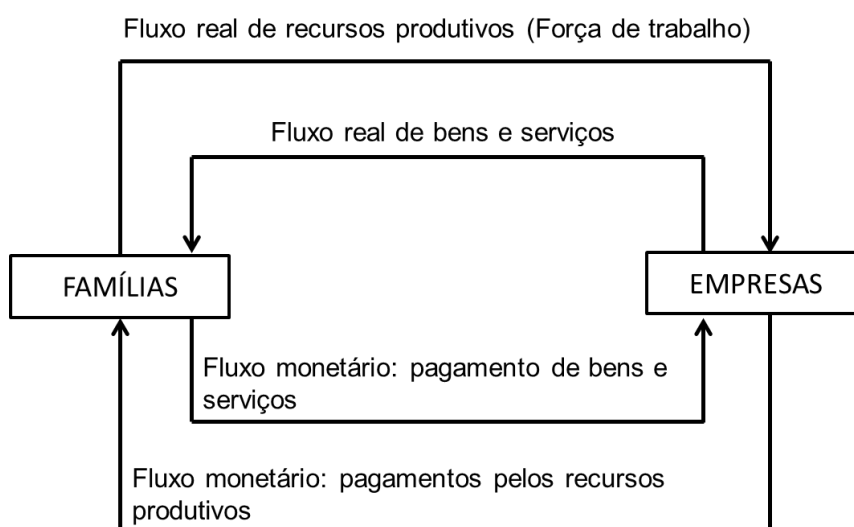


Figura 1: Fluxo de atividade econômica  
Fonte: Nogami (2012).

É relevante destacar que a figura 1 demonstra que quando se geram um fluxo de produção, gera-se também um fluxo de renda (na forma de salários), supondo que essa renda é gasta com o consumo este consumo representará o fluxo de despesas gerado pelas famílias às empresas, confirmando desta maneira o equilíbrio macroeconômico:  $PN = RN = DN$ . (FEIJÓ E RAMOS, 2013; PAULANI E BRAGA, 2007; SILVA, 1999).

Posto isto, tendo em vista as variâncias sobre a percepção de riqueza, apesar de o crescimento econômico proporcionar um aumento de produtividade e conseqüentemente um aumento do fluxo de renda, a mesma por diversos fatores não é distribuída de forma igualitária, ocasionando assim, a concentração de renda entre classes. Esta questão pode ser observada desde o início das sociedades mercantis. Nas sociedades feudais, o único que possuía a riqueza era o senhor feudal (a qual advinha das terras feudais), os camponeses em troca de proteção trabalhavam na terra do senhor, onde entregavam parte do que produziam aos senhores. (OLIVEIRA, 2007).

De modo semelhante, no capitalismo atual, os empresários detêm de terra, de maquinarias e de capital, necessitando apenas da força de trabalho para se gerar um bem ou serviço. Desta forma, os trabalhadores (que compreendem a força de trabalho) atuam no processo produtivo em troca de salário. Nesse sentido, estes salários, bem como o seu reajuste em decorrência de fatores como a inflação, por exemplo, muitas vezes acabam sendo menores que o lucro do empresário, e isto faz com que o capitalista, entendido como o detentor dos fatores de produção, fique com a maior da renda advinda da venda dos produtos os serviços. (MARX, 1996).

Tendo em vista que a distribuição de renda consiste na repartição do produto total da economia entre a população, (SIMONI, 2010), é válido ressaltar outro problema que aprofunda a má distribuição de renda: o crescimento populacional. Dado que, o crescimento populacional provoca um aumento da oferta de força de trabalho, muitos economistas clássicos, acreditavam que este aumento de oferta ocasionaria uma redução do lucro e conseqüentemente uma redução dos salários. Assim o aumento de renda ocasionava uma redução do crescimento populacional, uma vez que, o custo de oportunidade de se ter mais filhos é alto, diminuindo o custo de oportunidade de prepara-las para serem produtivas. (NOGAMI, 2012).

Apesar desta relação inversa entre renda e crescimento populacional, esta relação é aprofundada pela concentração de renda e, sendo esta concentrada, segundo Hoffmann (2000) pode “limitar as oportunidades dos indivíduos de serem produtivos”, pois o trabalho não proporciona um melhor incentivo ao indivíduo e isto faz com que o cidadão pense no custo em que se terá ao ter um filho.

A concentração de renda por parte da elite, entendida como as parcelas da sociedade com o maior nível de rendimentos, produz grande desigualdade, ao produzir grandes lucros para a minoria e baixos ganhos para a maioria detentora de força de trabalho, criando desta maneira a separação de classes, colocando de um lado os pobres com baixos salários, desestimulando a perspectiva de vida dos mesmos, já os mais ricos possuem padrões de vida muito melhores. (BIRDSALL, 2000).

A desigualdade, segundo Fonseca, Ilha e Maria (2013), “é a alocação não justa ou eficiente dos recursos”. No Brasil, o nível de desigualdade é aferido pelo índice de Gini, que mede o grau de distribuição de renda variando de 0 até 1. (SIMONI, 2010). A desigualdade no Brasil, segundo Diniz e Arraes (2005), possui características próprias, destacando que o país não é pobre, mas possui muitos pobres, devido à concentração de renda.

A desigualdade acaba produzindo segmentação no mercado de trabalho, uma vez que os mais pobres tendem a permanecer com trabalhos menos qualificados, entretanto, segundo Santos et al (2014), no Brasil setores como, Serviços Prestados às Famílias, Comércio, Agropecuária, Transportes, Comunicações, Indústria de Alimentos, Siderurgia, Fabricação de Calçados e de Artigos Plásticos são os que mais tem reduzido a desigualdade na distribuição de renda. E do outro lado, setores como Instituições Financeiras, Serviços Privados não Mercantis, Petróleo e Gás e Administração Pública se apresentam como setores que aprofundam a concentração de renda no país.

Por fim, cabe ressaltar que alguns autores, destacam que no capitalismo contemporâneo, quem ganha mais são aqueles que demonstram suas habilidades no mercado de trabalho. (CARDOSO, 2011). A desigualdade, na visão do mercado, é disseminada pela meritocracia, pelas falhas de mercado e pelas transferências proporcionadas pelo governo aos mais pobres, onde diversos autores destacam que essas transferências acabam reduzindo a

vontade de trabalhar dos que possuem baixa renda. (CAMARGO, 2004; FONSECA, ILHA E MARIA, 2013; SOUZA, 2011).

Em paralelo, pela visão do estado, a desigualdade é disseminada pela situação inicial do indivíduo que já era pobre, voltando desta maneira para a visão de Myrdal (1997), onde evidenciava que um indivíduo pobre não tem capacidade de poupança para investir, logo não sendo possível a formação de capital, assim de nada for feito para mudar tal situação o indivíduo continua sendo pobre. Outro argumento na visão do estado é que não há oportunidade para todos, desta forma os ricos se apropriam dos recursos, aprofundando desta maneira a desigualdade de distribuição de renda. (FONSECA, ILHA E MARIA, 2013).

## **2.2 Causas da Desigualdade de Riqueza e Renda**

O conceito de desigualdade é tido como um “leque” que abrange desde a desigualdade de gênero, de escolaridade, de oportunidade e de renda, sendo esta última a mais discutida pelos governos e pela própria sociedade, pois esta é também chamada de desigualdade social devido à distribuição desigual da renda. (ALMEIDA, 2007; CASTRO, 2006; FERNANDES E MNENEZES-FILHO, 2000).

No contexto mundial, a globalização é um dos fatores que ocasiona o aprofundamento da desigualdade, tanto nos países como nos países pobres, contribuindo dessa forma para a concentração de renda entre a minoria. (ALMEIDA, 2007; MAHARAJH, 2011). Segundo Almeida (2007), apesar da globalização gerar riqueza esta pode complicar o cálculo econômico mundial.

Tal visão sobre a globalização como disseminadora da desigualdade consiste no fato de que, a mesma se concentra apenas nos interesses de países desenvolvidos, como a competitividade de mercados e o livre comércio, não levando em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento. (GUIMARÃES, 2008; TUROLLA, 2004).

Para os que defendem a ideia de que a globalização é propagadora da desigualdade, a tecnologia e as diferenças de produtividade entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento acabam ameaçando os valores básicos de uma sociedade, como o modo de vida. (MOREIRA, 2011; ALMEIDA, 2007). Dessa maneira, a globalização trouxe consigo um mercado

livre desregulado, diferenciais de produtividade entre os países e o desenvolvimento desigual entre as regiões. (MOREIRA, 2011).

É relevante destacar que o desenvolvimento desigual não se originou com a globalização. Este esteve presente principalmente na segunda fase do capitalismo, denominado de imperialismo. Neste momento, o imperialismo teria sua principal existência na concentração de renda, poder e riqueza industrial causando dessa maneira a distribuição desigual da renda. (ALMEIDA, 2006).

No imperialismo, a concentração da produção e do capital desenvolveu os monopólios, onde mesmo que os proletariados despendessem toda sua renda em consumo, os capitalistas ainda detinham grande parte do capital oriundo dos lucros. (LENIN, 2008; LEITE, 2014). Assim, no âmbito da desigualdade entre as empresas esta é expressa através dos monopólios, já entre os países é possível identificar o desenvolvimento desigual através do processo de acumulação capitalista, onde ocorre a possibilidade dos países mais fortes dominarem os países mais fracos. (FERREIRA, 2013; LENIN, 2008).

Isto posto, a acumulação de capital e a concentração de riqueza dentro do sistema capitalista, no qual deu origem ao imperialismo, promove a desigualdade, identificada através da exploração da mais-valia acarretando a superexploração dos trabalhadores e gerando também a privação da capacidade do indivíduo, tendo em vista, a intensificação de trabalho e a diminuição dos salários em relação ao valor da força de trabalho. (ESTENSSORO, 2003).

Assim sendo, a partir da preocupação com o desenvolvimento desigual, percebeu-se que a riqueza de uma sociedade não garante o bem-estar por parte de alguns dos seus residentes. (MARTINS, 2009). Desta maneira, tendo esta parte da população um nível de bem-estar indesejável, passa-se a constatar a privação capacidade da população, acarretando na exclusão social, perda de saúde física e mental até aos mais baixos níveis de pobreza. (MARTINS, 2009; SEN, 1999; VEIGA, 2005). Segundo Sen (2008), a ideia de capacidade de uma pessoa, explicita a igualdade de oportunidades para todos de uma sociedade. Passa-se a envolver desta maneira não só a disponibilidade de recursos, mas também o acesso que as pessoas podem ter estes recursos,



consequentemente sendo a disponibilidade de recursos de maneira desigual o acesso a estes também acabam por ser limitados.

Por conseguinte, a privação de capacidade ocasionada pela desigualdade acaba por gerar a pobreza dentro de uma sociedade, a pobreza nesta condição é baseada na escassez de renda, e esta última limita os atos dos indivíduos. (SILVA E NEDER, 2010). Desta forma, Sen (2000) destaca que “Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre”.

Para o autor, o nível de renda de uma pessoa é importante, pois permite que a mesma tenha uma condição de vida e possibilita também a existência de preferências em suas escolhas por bens e serviços, assim o autor passa a destacar que existe uma simplificação das motivações das pessoas na economia, pois as preferências dos indivíduos serão resultado do nível de informação e do nível de desenvolvimento de habilidades que estes tenham alcançado, ou seja, para um indivíduo de classe mais desfavorecida suas preferências estarão intimamente ligadas a aspectos muito mais profundos, como a liberdade de uma vida mais longa, o emprego pretendido e uma vida longe da criminalidade. (ABREU, 2012; SEN, 1992; SILVA E NEDER, 2010).

Assim sendo, ao passo em que a renda é necessária para que as pessoas possam usufruir de um nível de bem-estar, a pobreza será mais relacionada à privação de capacidade de um indivíduo, ou seja, as oportunidades mais básicas lhe são negadas, como saúde de qualidade, dignidade, amor próprio entre outras privações. (SEN, 1992).

Ao gerar a pobreza monetária, a desigualdade social<sup>2</sup> acaba proporcionando uma carência de oportunidades, conforme mencionado anteriormente, e com a existência do desemprego, acaba-se tendo um maior dano no que diz respeito às capacidades individuais. (SILVA, 2010).

A pobreza, desta forma é resultante de diversas estruturas de desigualdade. Para Amartya Sen, apesar da desigualdade de renda e propriedade promover uma limitação das capacidades do indivíduo, esta não é a dimensão principal sobre os estudos de desigualdade, pois para o autor o a

---

<sup>2</sup> O conceito de desigualdade social discutido nesta pesquisa abrange a desigualdade de renda, escolaridade, oportunidade e de gênero. (ALMEIDA, 2007; CASTRO, 2006; FERNANDES, 2000).

renda não pode consegue promover as condições básicas de bem-estar de um indivíduo, como liberdade, o desfruto de uma vida longa, o alcance do emprego pretendido etc, assim a privação de capacidades se torna a variável principal nos estudos de desigualdade e pobreza. (MARTINS, 2009; SEN, 2008).

Diferentemente de Sen, o autor Piketty (2014) analisa esta variável como a dimensão principal sobre a desigualdade, principalmente no que refere as rendas patrimoniais (ALVES E BRUNO, 2014). Para o autor, os rendimentos de capital excederam o crescimento econômico nos países desenvolvidos no século XIX e isto pode se repetir no século XXI.

Na sua obra, *O Capital no Século XXI*, o autor destacou que houve concentração de renda e riqueza nas mãos dos extremamente mais ricos, sendo desta forma a renda do capital mais concentrada do que a renda do trabalho, implicando assim no agravamento da desigualdade. (PIKETTY, 2014; RESENDE, 2014). O problema central da economia foi o gerenciamento da escassez, de forma que a partir do crescimento da economia e da renda poderia se ter uma melhor distribuição do “bolo econômico” entre a população do mundo. No século XIX, dissemelhante ao que acreditava Marx, de que o capitalismo se concentraria e terminaria por se destruir, Piketty (2015) enfatiza que o capitalismo promoveu um crescimento acelerado da produção, reduzindo a escassez, e foi através das guerras e das crises que o hiato entre os mais pobres e os mais ricos foi reduzido no século XX. (BOOTH, 2014; RESENDE, 2014).

À vista disso, Thomas Piketty, vê a desigualdade como resultado da má distribuição de riqueza, e é ela quem desmantela o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas, e a raiz da desigualdade no capitalismo está na taxa média de retorno do capital, que tem se mostrado superior a taxa média de crescimento da economia. (DÁVILA-FERNÁNDEZ E OREIRO, 2014; PIKETTY, 2014; RESENDE, 2014). Desta forma, ao fazer a relação entre  $r$  (taxa de retorno do capital) e  $g$  (taxa de crescimento econômico), o autor evidencia que a renda se concentra na medida em que o retorno da taxa média do capital se mostra superior à taxa média de crescimento, e segundo o autor, as grandes fortunas têm voltado a crescer nas últimas décadas. (PIKETTY, 2014; RESENDE, 2014; BOOTH, 2014).

No Brasil, segundo Alves e Bruno (2014), apesar dos poucos estudos existentes que aferem estudos sobre a desigualdade de patrimônio, estes apontam para uma situação de concentração de renda ainda maior do que as pesquisas verificadas pelos índices de Gini e da distribuição pessoal da renda. Sendo que no ano de 2014 segundo Avila (2014), 0,9% dos brasileiros mais ricos detinham entre 59,90% e 68,49% da riqueza total dos brasileiros, de forma que as principais fontes que possibilitaram essa acumulação de riqueza foram os fluxos de renda e as heranças recebidas.

À vista disso, a figura 2 demonstra o número de vezes que a renda média de um multimilionário no Brasil foi maior que a renda dos maioes pobres do país.



Figura 2: Número de vezes que a renda média dos multimilionários foi superior à renda média dos 20% mais pobres no Brasil e outros países da América Latina.  
Fonte: OXFAM e Ojo Público.

Segundo a Calculadora da Desigualdade<sup>3</sup>, realizado pela OXFAM em parceria com a *Ojo Público*, uma pessoa que se concentra no grupo de pessoas que recebem somente um salário mínimo no Brasil, levariam cerca de 297 anos e 7 meses, para obter a renda média per capita mensal de um multimilionário no país. É significativo destacar ainda que, um multimilionário

<sup>3</sup> A Calculadora da Desigualdade é um aplicativo digital desenvolvido pela Oxfam em parceria com a agência digital de jornalismo investigativo Ojo Público, disponibilizado no dia 28/07/2016. A ferramenta compara os rendimentos mensais de cidadãos e cidadãs em 16 países da América Latina e do Caribe, incluindo o Brasil.

pode levar 13 minutos para obter uma quantia similar ao de uma pessoa que recebe uma renda mínima por mês.

Posto isto, a proposta para reverter à desigualdade na distribuição de renda e riqueza, Piketty (2014) propõe um imposto mundial sobre a riqueza, ou seja, sobre as grandes fortunas, nos países desenvolvidos a média de impostos sobre as grandes fortunas e heranças é de 47,1%, já no Brasil tais impostos são bem menores, tanto em relação a países desenvolvidos quanto em comparação com os países da América do Sul. (AVILA, 2014).

### **2.3 Desigualdade de Renda no Brasil: Evidências Empíricas**

No Brasil a desigualdade de renda ainda é considerada uma das maiores em relação a outros países do mundo. (CASTRO, 2006; FERREIRA, 2000; HOFFMANN, 2009). De forma que, o Brasil é considerado um país que possui uma grande quantidade de pobres, devido à extrema desigualdade, pois os recursos são mal distribuídos se concentrando nas mãos de poucos. (BARROS, HENRIQUE E MENDONÇA, 2000; GODINHO, 2011; UNCT, 2005).

Neste contexto, Medeiros, Souza e Castro (2014), ressaltaram em sua pesquisa que no período de 2006 a 2012, houve um crescimento da renda no Brasil, entretanto os mais ricos se apropriaram da maior parte desse crescimento, onde quase metade da renda do país esteve concentrada nos 5% mais ricos. Tais autores buscaram estimar o nível e a evolução de desigualdade entre os indivíduos adultos no Brasil nos anos de 2006 e 2012, através de combinação de dados provenientes da DIRPF (Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda) e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Nesse sentido, “o 1% mais rico da população adulta concentra mais de um quarto de toda a renda do país”, onde os dados apresentados pela PNAD demonstram uma queda na desigualdade de 2006 a 2011 que é interrompida somente em 2012, entretanto quando as rendas no topo da distribuição são ajustadas através dos dados tributários esta tal queda na desigualdade se mostra inexistente.

Por conseguinte Silveira (2008) destaca que, no Brasil, os impostos diretos, como o IR, é menos expressivo e estes ainda se mostram menos

progressivos em relação a outros países onde os sistemas tributários e de concessão de benefícios sociais se apresentam redistributivos.

A partir de dados oriundos da pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), o autor destacou que a incidência de tributos sobre o patrimônio no Brasil são neutros em relação à progressividade. De modo que, uma família assalariada com carteira assinada recolhe muito mais tributos em comparação à outra família que possui uma renda semelhante advinda de alugueis, negócios próprios e aplicações financeiras. (SILVEIRA, 2008).

Diferentemente deste autor, Afonso (2014) ressalta em sua pesquisa que a progressividade do IRPF no Brasil é existente, porém a mesma não é tão acentuada como nos países já desenvolvidos. Os indivíduos assalariados não possuem válvula de escape do IRPF, pois a mesma é descontada na fonte, diferentemente dos proprietários de empresas e capitalistas que, segundo Afonso (2014), “podem privilegiar a retirada de lucros (que geram tributos recolhidos pelas empresas, mas geralmente com alíquotas fixas)”, ou seja, não precisando se apresentar à tabela progressiva.

Segundo o autor, um número cada vez menor daqueles que se declaram capitalistas liberais, ganhavam no ano de 2012 proporcionalmente cada vez mais e os mesmos “escapavam” da maior progressividade do IRPF, já do outro lado empregados de empresas privadas, embora tenham crescido em número e renda, ganhavam menos, entretanto são os pagavam e ainda pagam mais impostos. (AFONSO, 2014).

Consoante a isto, Payeras (2008) já destacava que o sistema tributário brasileiro é regressivo quando se toma como base a renda das famílias, isto é ocasionado pela grande quantidade de impostos indiretos e pela baixa participação dos impostos diretos não permitindo, assim, um equilíbrio.

Em sua pesquisa, o autor buscou captar como mudanças em tributos afetam as diferentes classes de renda. Assim, através de simulações de modelos utilizando microdados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2002 – 2003 foi possível identificar que quando o sistema tributário brasileiro busca por uma maior progressividade se torna necessário uma combinação de alterações nos impostos diretos e indiretos. (PAYERAS, 2008).

Em consequência, o autor destaca ainda que todos os impostos no Brasil podem ser progressivos, dado que os mesmos afetam diretamente a

renda e a riqueza, e para que isto ocorra são necessárias medidas de compreensão do estado na hora de tributar a população de renda mais baixa e a população de renda mais alta. (PAYERAS, 2008).

Outros autores já vinham discutindo a relação da desigualdade e os impostos diretos, com destaque para o IR. Para Rocha (2000), no Brasil é inviável depender da tributação do IRPF como mecanismo distributivo. Em sua pesquisa para o período de 1981 – 1999, os impactos distributivos do IRPF foram fracos. Assim, para que ocorra uma melhoria, o autor destaca que é necessária uma taxaço mais progressiva sobre os rendimentos de capital. (ROCHA, 2000).

Isto posto, o imposto sobre os rendimentos de capital, grandes fortunas e heranças seria uma forma de amenizar os problemas de desigualdade de renda no mundo. (MARIUZZO, 2014; PIKKETY, 2014). Segundo Castro (2014), a arrecadação do sistema tributário brasileiro ainda se concentra muito nos impostos indiretos, principalmente sobre o consumo, com uma melhora na taxaço do IR esse perfil pode mudar.

Segundo Magalhães *et al* (2001), uma isenção de impostos indiretos sobre os alimentos ergueria um grande contingente da condição de pobreza. Para os autores, uma isenção desses impostos beneficiaria principalmente as famílias mais pobres, com um salário mínimo, por exemplo, tal medida é considerada como um fator regressivo a desigualdade, de forma que os impostos diretos, como o IR não possuem tanta expressividade. (MAGALHÃES *ET AL*, 2001).

Diferentemente dos autores, Souza (2012) reconhece a expressividade dos impostos indiretos, entretanto destaca que os impostos diretos são progressivos, o que anula seu efeito são as transferências regressivas por parte do Estado. Assim, o autor destaca que os impostos diretos representam apenas uma fração da tributação total no país, desta forma para o autor é o Estado quem contribui para a elevada desigualdade de renda, devido às transferências anulando o efeito dos impostos diretos.

Posto isto, a relação entre a desigualdade de renda e os impostos pode ser entendida e analisada de diversas maneiras e por diversos autores, conforme foi apresentado, de modo que o objetivo dos mesmos é demonstrar como a tributação do IR e de outros impostos podem contribuir ou não para a

redução da desigualdade no Brasil e no mundo. Por fim, é importante salientar para o crescimento desta discussão, o que pode beneficiar na conscientização do problema e na elaboração de políticas para melhorar o sistema tributário brasileiro. Assim, o quadro 1 evidencia de forma clara e objetiva as evidências empíricas selecionadas para o Brasil sobre o estudo de desigualdade.

Autores	Resultados Encontrados	Principais Contribuições
Medeiros, Souza e Castro (2014)	Constatou-se um crescimento de renda no Brasil, entretanto quase metade da renda do país esteve concentrada nos 5% mais ricos.	A principal conclusão é que a concentração de renda entre os mais ricos é, de acordo com os dados tributários, substancialmente maior do que a estimada pelos levantamentos domiciliares, sem que tenha havido tendência de queda nos últimos anos.
Silveira (2008)	A progressividade na tributação direta se deve, notadamente, à incidência do IR, sendo os tributos sobre patrimônio apresentam, grosso modo, um perfil neutro.	Pode-se afirmar que os tributos diretos e o IR, em particular, apresentam índices de progressividade satisfatórios em comparação com os países centrais, tendo, todavia, pouca efetividade distributiva dada sua pequena participação na renda pessoal.
Afonso (2014)	A progressividade do IRPF no Brasil é existente, porém a mesma não é tão acentuada como nos países já desenvolvidos.	O Brasil é reconhecidamente um dos países com maior concentração de renda e riqueza <sup>33</sup> e é importante ter um diagnóstico mais realista da situação para se discutir novas e melhores alternativas para combater essa grave distorção.
Payeras (2008)	Quanto maior é a busca pela progressividade do sistema tributário maior é a necessidade de equilíbrio entre as alterações nos impostos diretos e os indiretos.	Todos os impostos diretos não podem ser progressivos, dado que estão diretamente ligados com informações da renda e riqueza, mas isso não ocorre no Brasil. O IPTU é um exemplo nítido de que poderia ser melhorada a progressividade da carga direta.
Rocha (2000)	No Brasil é inviável depender da tributação do IRPF como mecanismo distributivo.	Para que ocorra uma melhoria, o autor destaca que é necessária uma taxa mais progressiva sobre os rendimentos de capital.
Magalhães et al (2001)	Uma isenção de impostos indiretos sobre os alimentos geraria um grande contingente de condição de pobreza.	A isenção de impostos indiretos é muito mais regressivo do que os impostos diretos, como o IR que não possuem tanta expressividade.
Souza (2012)	Mecanismos redistributivos que poderiam reverter a desigualdade, tais como tributos diretos, são muito progressivos, mas seu volume é proporcionalmente pequeno.	O efeito regressivo da desigualdade pelos impostos diretos é anulado pelas transferências regressivas do Estado.

Quadro 1: Evidências empíricas selecionadas para o Brasil  
Fonte: Elaboração própria.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA AREA DE ESTUDO

Tendo em vista o crescimento potencial dos municípios do Amazonas e o nível de desigualdade presente não só no estado, mas em todas as regiões do Brasil, este capítulo analítico trata a cerca de como se deu a evolução do Imposto de Renda Retido na Fonte e Índice de Gini nos municípios do estado comparando os dois anos em questão que são os anos de 2000 e 2010. Assim, este está dividido em duas subseções. A primeira aborda a evolução do Imposto de Renda Retido na Fonte nos 54 municípios, objetos de análise desta pesquisa, e a segunda seção retrata a evolução do Índice de Gini no mesmo objeto de análise, de modo que as duas seções relacionam os anos de 2000 e 2010 conforme proposto pelo objetivo específico do estudo.

#### 3.1 Evolução da Arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF nos Municípios do Amazonas

No que diz respeito à evolução da arrecadação do IRRF nos municípios do Amazonas, pode-se destacar que todos os municípios tiveram um crescimento expressivo no ano de 2010 em comparação com o ano 2000, mostrando a ocorrência de um aumento na renda no interior do estado. De modo que a mesorregião que apresentou uma taxa de crescimento de arrecadação do IRRF mais expressiva, foi a do Triângulo Jutai - Solimões – Juruá, de modo que 4 municípios apresentaram uma taxa de crescimento superior a 1000%, conforme o gráfico 1.

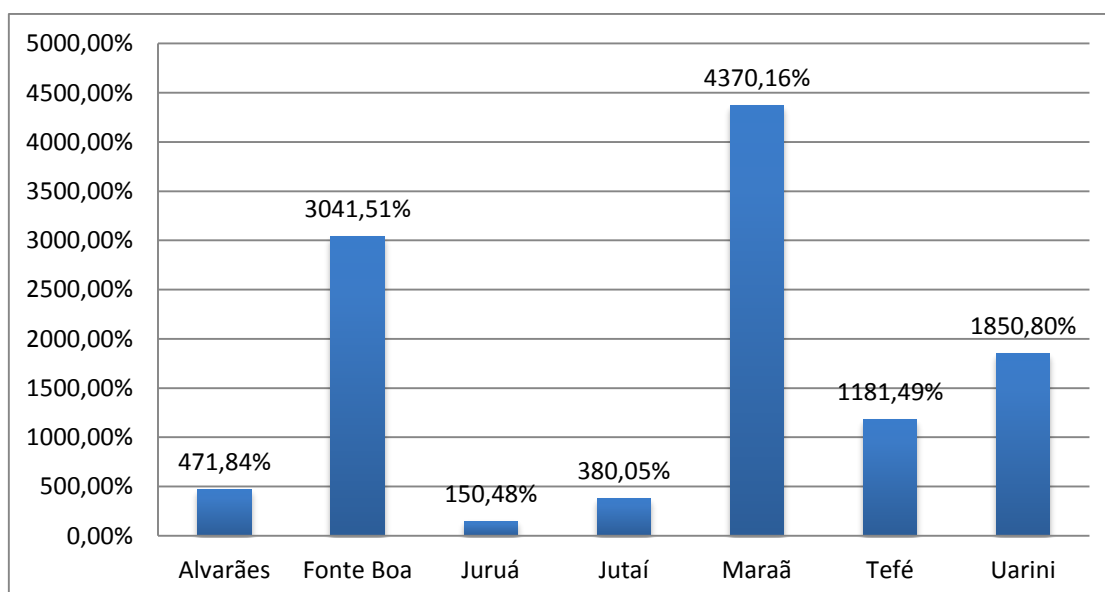


Gráfico 1: Taxa de crescimento do IRRF - Mesorregião do Triângulo Jutai - Solimões – Juruá.  
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.



Em relação às mesorregiões, pode-se visualizar que dentro da mesorregião do Alto Solimões o município que mais cresceu foi Santo Antônio do Iça, no qual no ano 2000 sua arrecadação era 0, já em 2010 passou a arrecadar um pouco mais 230 mil.

Conforme o gráfico, nesta meso, o município de Maraã foi quem mais apresentou um maior crescimento da arrecadação do IRRF. Dentro de todas as mesorregiões, todos os municípios cresceram sua arrecadação, não apresentando decréscimo em nenhum dos municípios. Assim, na mesorregião do Purus, o município que mais arrecadou em 2010 foi Lábrea, onde em 2000 arrecadou cerca de aproximadamente 69 mil e em 2010 passou a arrecadar cerca de 507 mil aproximadamente, conforme o gráfico 2.

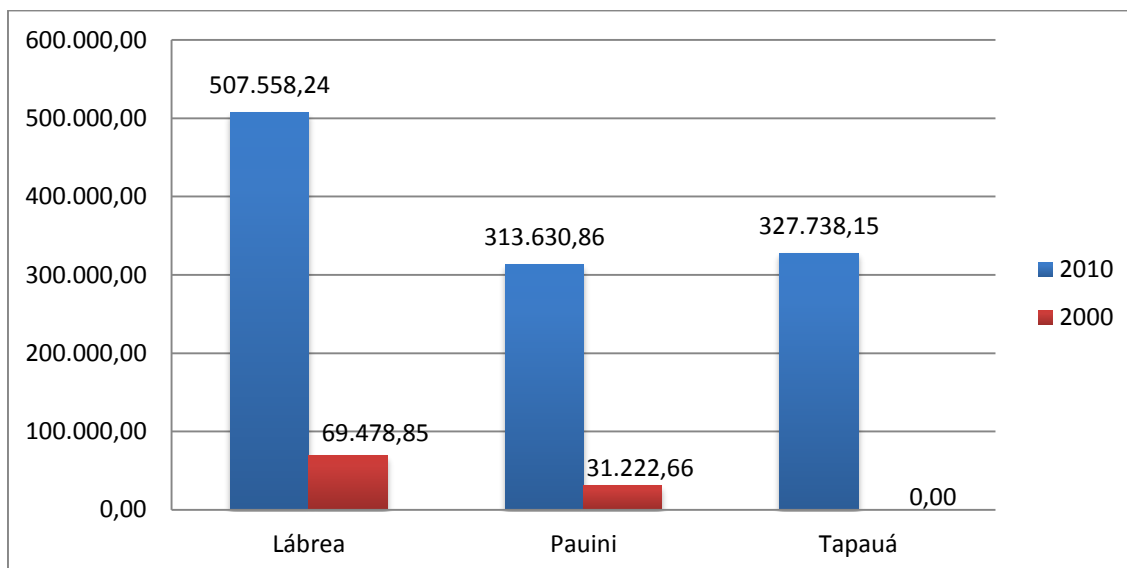


Gráfico 2: Arrecadação de IRRF – Mesorregião da Região do Purus.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.

Desse modo, é relevante ressaltar que o município de Lábrea, dentro desta mesorregião apresentou uma taxa de crescimento de arrecadação de aproximadamente 630%. Já na mesorregião do Juruá, o município de destaque é Carauari, município este que possui grande potencial extrativista, principalmente na extração de Óleos vegetais (RIZEK, 2006; SCHMAL, 2012), apresentou em 2010 uma arrecadação em torno de 444 mil, conforme o gráfico 3, que segue abaixo.

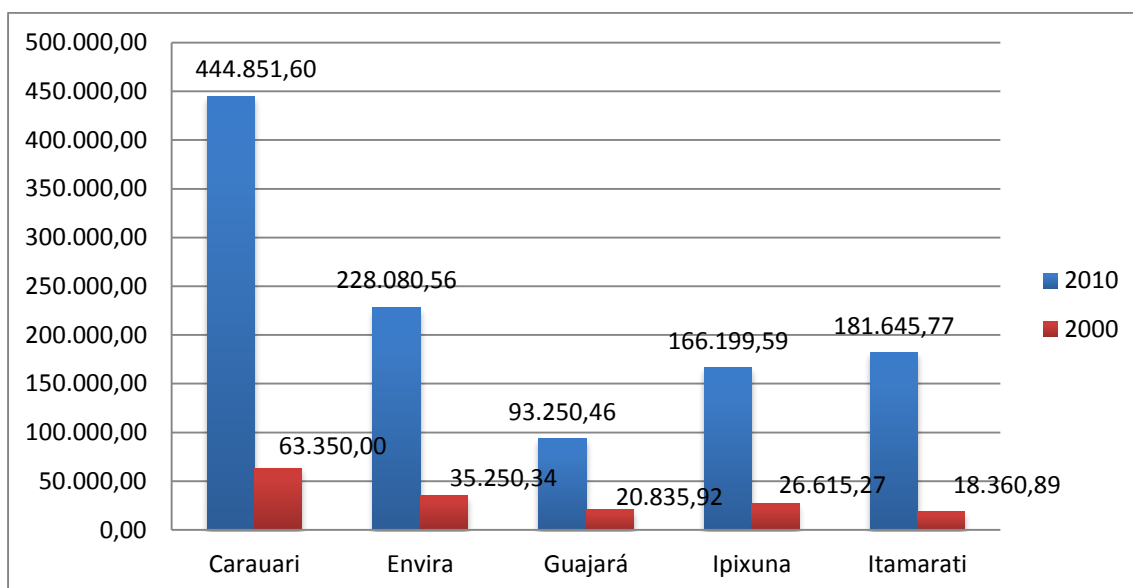


Gráfico 3: Arrecadação do IRRF - Mesorregião da Região do Juruá.

Fonte: Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.

Este foi o município que apresentou uma maior arrecadação em termos absolutos dentro desta mesorregião, pois em termos de taxa de crescimento de arrecadação o município de Itamarati é quem vai apresentar a maior taxa.

Dentro da mesorregião do Madeira, é de destaque o município de Humaitá, o município que é conhecido por sua indústria madeireira, tem demonstrado um crescimento da renda, visto que o este apresentou uma arrecadação por volta de 860 mil no ano de 2010, quadruplicando sua arrecadação em relação ao ano 2000, conforme o gráfico 4.

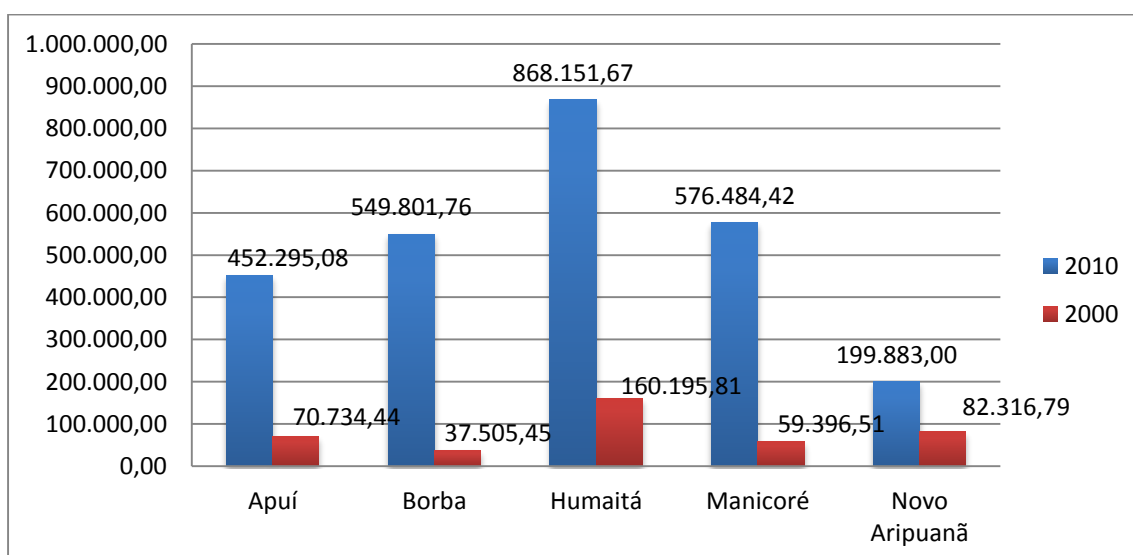


Gráfico 4: Arrecadação do IRRF - Mesorregião da Região do Madeira.

Fonte: Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.

É pertinente destacar que a economia do município nos últimos anos está voltada para a agropecuária, principalmente, para a produção de soja, arroz e milho (LIMA E MAY, 2005), o que justifica tal crescimento na arrecadação e na geração de renda.

Isto posto, no que diz respeito às outras mesorregiões, o município de São Gabriel da Cachoeira, situado na mesorregião do Alto Rio Negro, em 2010 arrecadou cerca de 376 mil em IRRF, justificado pelo seu potencial turístico e pelo grande contingente de militares que vivem na cidade. Na mesorregião do Baixo Amazonas, é possível destacar o município de Parintins, possuindo uma arrecadação em 2010 em torno de 2 milhões, acredita-se que tal crescimento é devido ao festival folclórico que aumenta a geração e circulação de renda no município, conforme mostra o gráfico 5 e 6.

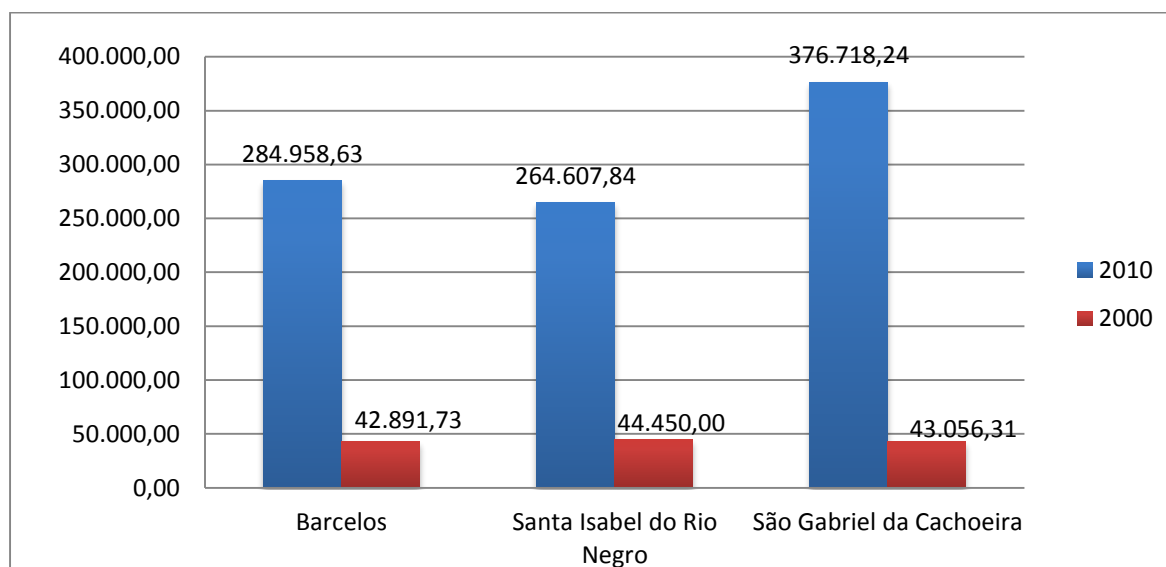


Gráfico 5: Arrecadação do IRRF – Mesorregião da Região do Alto Rio Negro.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.

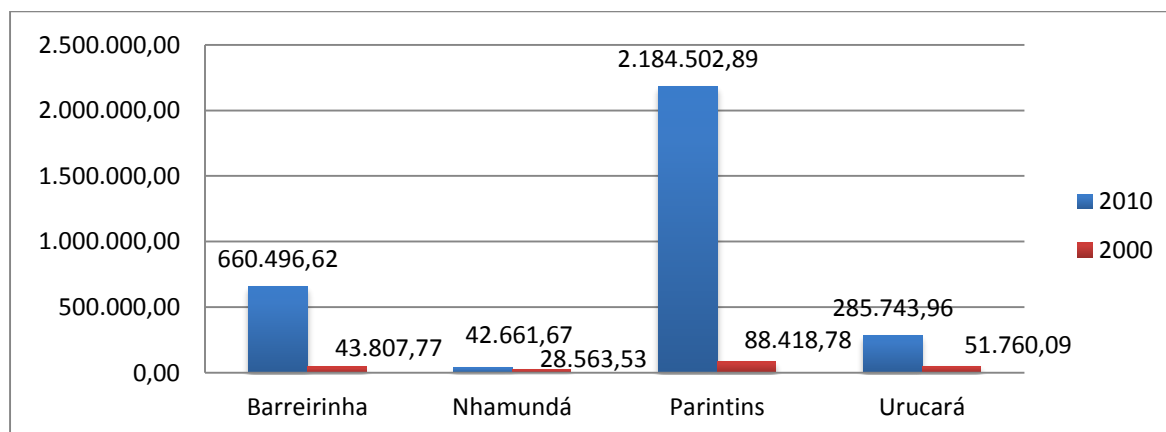


Gráfico 6: Arrecadação do IRRF – Mesorregião Região do Baixo Amazonas.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.

Os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Parintins apresentaram aproximadamente, dentro de suas mesorregiões, uma taxa crescimento de arrecadação do IRRF de 774% e 2370,63%, respectivamente. Ainda é possível destacar dentro desta análise, os municípios de Itacoatiara, Maués e Presidente Figueiredo, situados na mesorregião do Médio Amazonas estes municípios foram os que mais arrecadaram, em termos absolutos, o IRRF, apresentando mais de 1 milhão de imposto recolhido em 2010, conforme o gráfico 7.

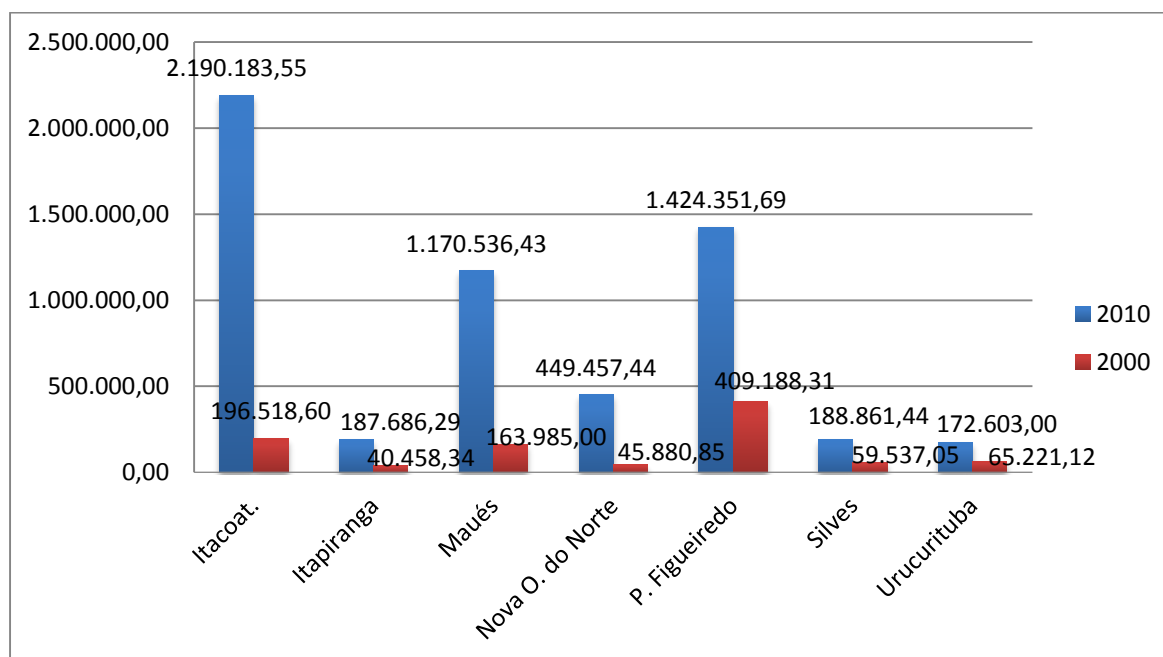


Gráfico 7: Arrecadação do IRRF – Mesorregião da Região do Médio Amazonas.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.

À vista disso, estes municípios também apresentaram taxas de crescimento de arrecadação superior a 1000%, pode-se afirmar que tal expressivo recolhimento tenha si dado pela potencial turístico de cada município, e no caso da cidade de Maués pela sua grande produção de Guaraná que é reconhecido internacionalmente. (CRUZ E RIBEIRO, 2010).

Por conseguinte, no que concerne à mesorregião Rio Negro – Solimões, onde se situa a capital do estado, foi observado que os municípios de Manaus e Coari possuíam em 2010 valores arrecadados muito superiores em relação aos outros municípios, localizados em todas as outras mesorregiões faladas anteriormente.

Em consequência, por ser a capital do estado, por nela está situada o Polo Industrial e por possuir o maior contingente populacional, é possível afirmar que o

município possui uma economia muito mais desenvolvida em relação aos outros municípios, com isto Manaus foi à cidade que mais arrecadou IRRF no ano de 2010, sendo desta forma a arrecadação do estado com aproximadamente 57 milhões, conforme mostra o gráfico 8. No tocante ao município de Coari, a partir do de 2000 a cidade passou a ter destaque devido ao gasoduto, que ficou conhecido como gasoduto Coari-Manaus, possibilitando um maior aumento de renda. Assim, este município apresentou a segunda maior arrecadação do IRRF no estado no ano 2010.

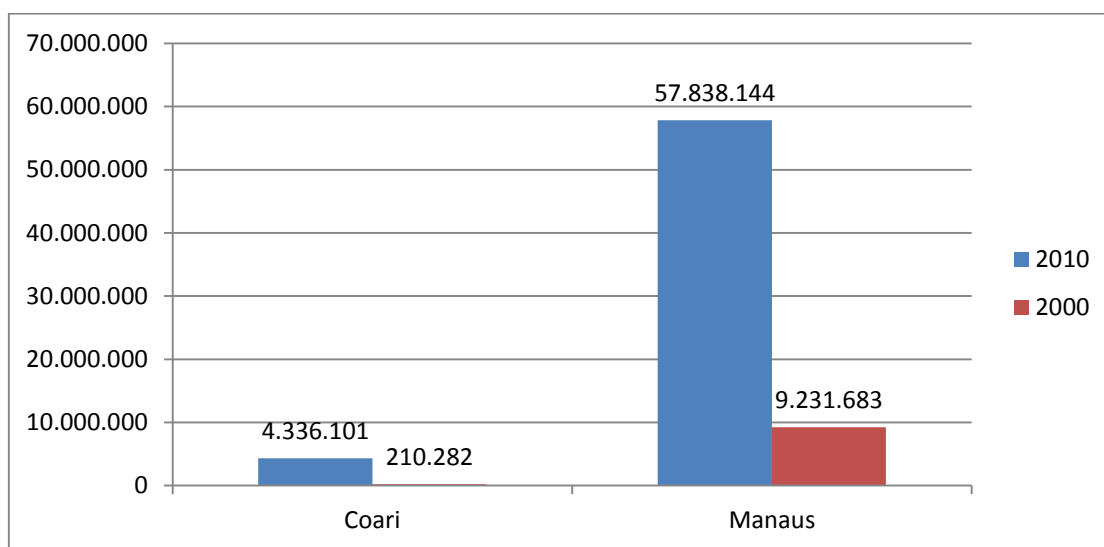


Gráfico 8: Arrecadação do IRRF dos municípios de Coari e Manaus.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados de FINBRA - anos 2000 e 2010.

Isto posto, apesar do grande volume absoluto apresentado por estes, em termos de taxas de crescimento de arrecadação, Autazes é o município que mais se destacou dentro desta mesorregião, a cidade apresentou uma taxa superior a 3000%, demonstrando que houve um aumento de renda não significando, entretanto, que houve uma circulação de renda.

Por fim, apesar do grande volume arrecado no estado, não é possível afirmar que esta arrecadação tenha proporcionado uma melhora na circulação de renda, mas é possível afirmar que houve um aumento na renda. Conforme será mostrado na próxima seção será possível identificar se houve uma melhora no índice de Gini no 2000 em comparação com o ano 2010, pois conforme dito anteriormente se todos os municípios tiveram um crescimento na arrecadação em 2010, isto indica que houve um aumento de renda em todo o estado.

### 3.2 Evolução do Índice de GINI nos Municípios do Amazonas

É válido destacar que o índice de Gini varia de 0 a 1, de modo que quando uma determinada região apresenta um índice igual a 0 ou muito próximo isto significa que há uma igualdade de renda, e quando este índice é 1 ou próximo isto demonstra que há uma minoria da população que detém toda a riqueza nesta região (WOLFFENBÜTTEL, 2004; SOUZA, 2009).

Por conseguinte, em relação aos municípios do estado do Amazonas, estes apresentaram índices diversificados relacionando uns aos outros, pois foi possível observar que alguns demonstraram decréscimo e outros apresentaram um aumento. Apesar do grande aumento de renda em algumas regiões no de 2010 esta se mostrou bastante concentrada no referido ano.

Em comparação com os municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento de renda, os mesmos em 2010, apresentaram aumentos significativos no índice de Gini, como por exemplo, o município de Maraã, conforme o gráfico 9.

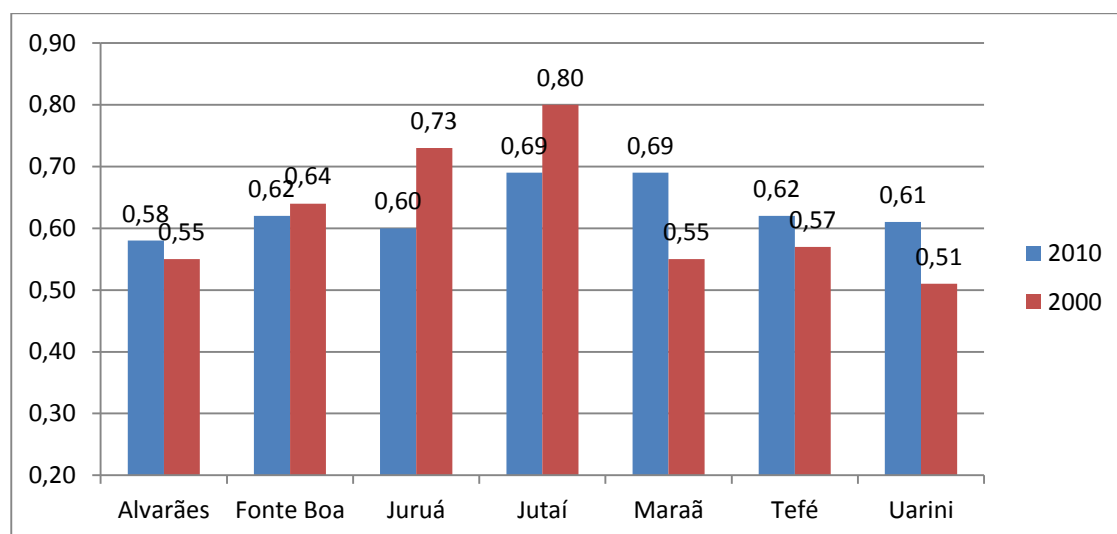


Gráfico 9: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Triângulo Jutai-Solimões-Juruá.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do PNUD.

É possível afirmar que no município de Maraã e Uarini, a concentração de renda aumentou no ano de 2010, de modo que apesar do aumento de renda na região, não aconteceu à circulação da mesma, demonstrando também um aumento da pobreza.

Em conformidade, todos os outros municípios das demais mesorregiões apresentaram uma elevação do índice de Gini no ano de 2010 em relação ao ano 2000, assim cabe destacar: Na mesorregião do Alto Solimões, o município

de Santo Antônio do Iça, no qual já possuía um índice de Gini elevado em 2000, em 2010 este apresentou uma índice ainda maior, cujo valor foi de 0,67; Na mesorregião do Alto Rio Negro, os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, foram os municípios onde o índice se mostrou elevadíssimo em relação aos municípios de outras mesorregiões, conforme o gráfico 10

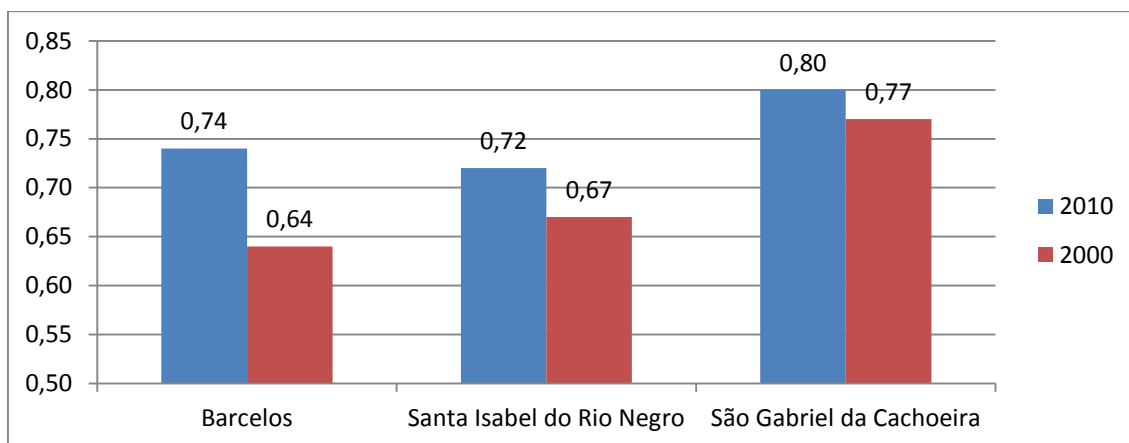


Gráfico 10: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Alto Rio Negro.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do PNUD.

É válido salientar a grande desigualdade que esta mesorregião apresentou no de 2010, apesar do seu grande potencial turístico e de geração de renda, é possível afirmar que a pobreza nestes municípios foi crescente e a relação de bem-estar da população foi insignificante. De igual modo, na mesorregião do Juruá, os municípios que apresentaram um aumento no índice de Gini e consequentemente demonstraram uma desigualdade na renda foram os municípios Guajará e Itamarati, conforme mostra o gráfico 11.

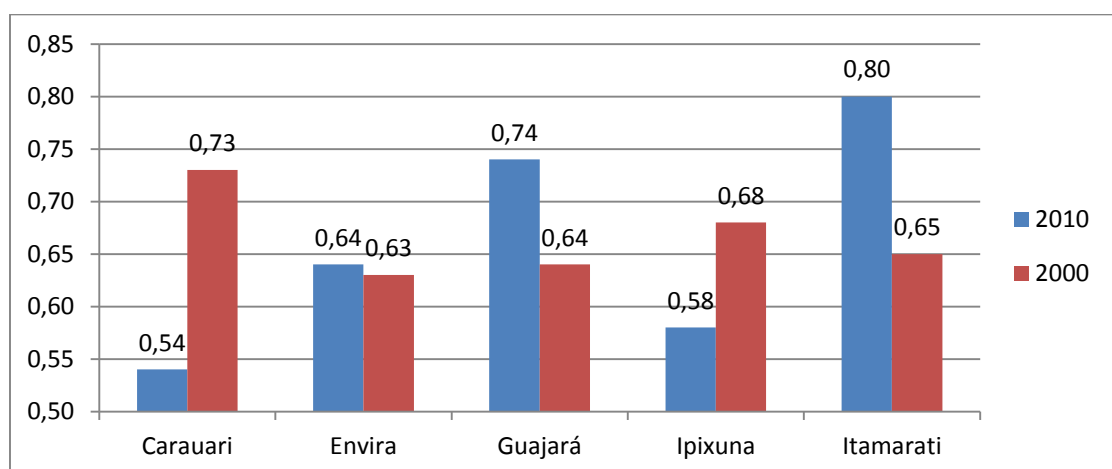


Gráfico 11: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Juruá.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do PNUD.

Os outros municípios que podem ser destacados, no qual apresentaram as mesmas características, apesar de aumentos modestos foram: Envira, na mesorregião do Juruá, em 2000 a região possuía um índice de 0,63 e em 2010 este índice foi para 0,64; Codajás na região do Rio Negro – Solimões, em 2000 obteve um índice de 0,59 e em 2010 apresentou um índice de 0,61; Na mesorregião do Baixo Amazonas, municípios de Barreirinha e Nhamundá, também apresentaram aumento nos seus índices no ano de 2010.

Posto Isto, além dos municípios que tiveram aumento no seu índice de Gini, outros apresentaram uma queda no índice no ano de 2010. Na mesorregião do Alto Solimões três municípios apresentaram queda no índice de Gini, porém esta queda se mostrou pouco significativa. Já na mesorregião do Triângulo Jutai – Solimões – Juruá, os municípios de Juruá e Jutai, foram os que apresentaram queda no índice de Gini em relação ao ano 2000, entretanto o nível de desigualdade de renda ainda é alto nesta mesorregião. Conseqüentemente, na mesorregião do Purus, somente o município de Lábrea apresentou uma modesta queda no índice de Gini, todavia sua arrecadação de IRRF foi bastante significativa no ano de 2010.

Ainda com tal característica, na mesorregião do Juruá, os municípios de Carauari e Ipixuna apresentaram uma queda, demonstrando uma diminuição da desigualdade, ainda que pouco significativa nestes municípios. Em conformidade, na mesorregião do Juruá, somente o município de Ipixuna apresentou queda no índice de Gini em 2010, apesar do grande volume arrecadado em 2010 foi superior ao ano 2000.

Nas mesorregiões do Madeira, do Médio Amazonas e Baixo Amazonas, os municípios que apresentaram queda no índice, demonstrando uma circulação de renda foram os municípios de: Apuí e Humaitá (Região do Madeira); Itacoatiara, Maués, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Silves e Urucurituba (Região do Médio Amazonas), sendo esta a mesorregião onde a maior dos seus municípios obteve uma queda no índice de Gini em 2010, conforme o gráfico 12.



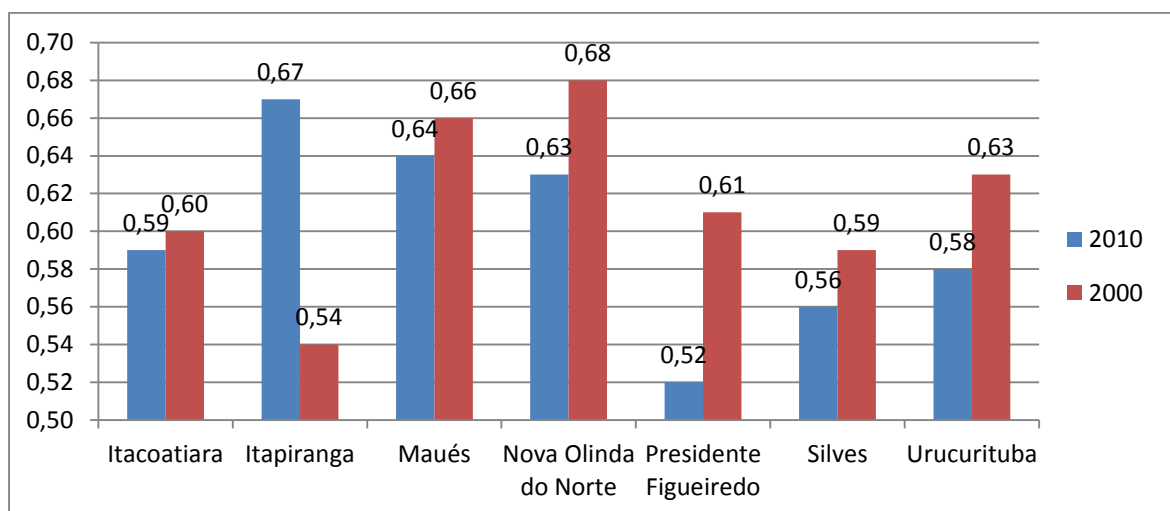


Gráfico 12: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Médio Amazonas.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do PNUD.

Da mesma maneira, os municípios de Parintins e Urucará (Região do Baixo Amazonas), também apresentaram as mesmas características. Por fim, no que se refere à mesorregião onde se concentra a capital do estado e o município que apresentou em 2010 a segunda maior arrecadação de IRRF do estado, apenas oito municípios apresentaram uma queda no índice de Gini no mesmo período, conforme o gráfico 13.

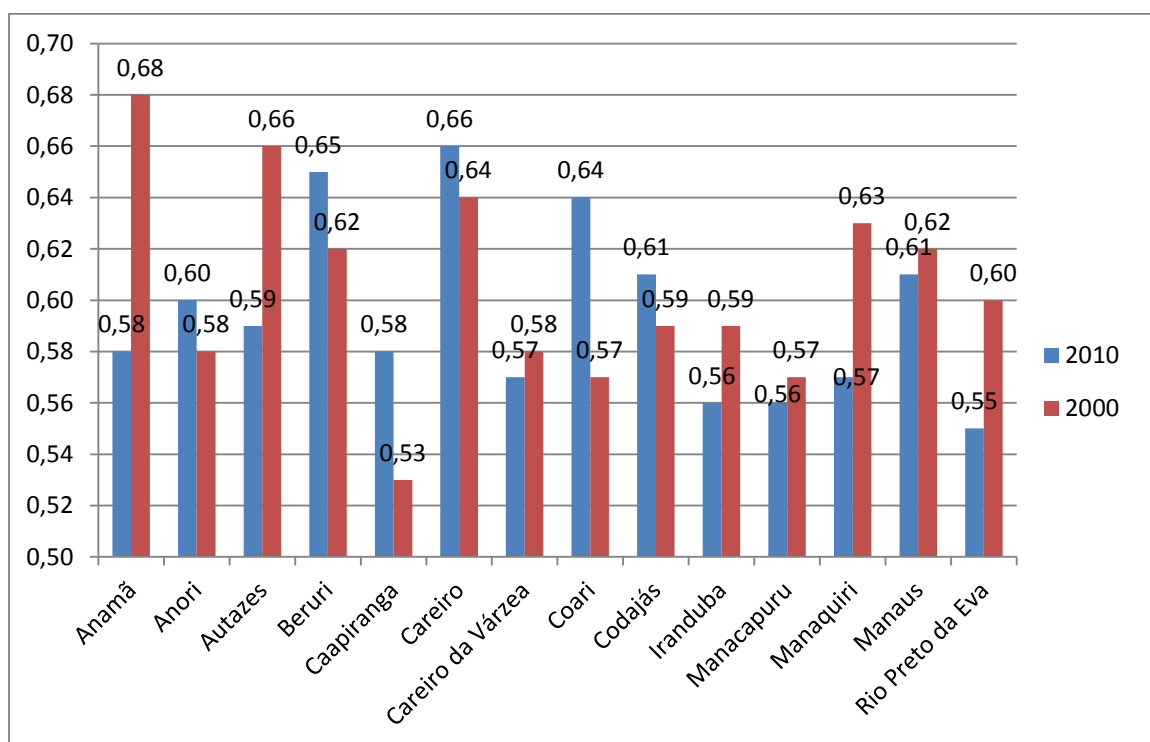


Gráfico 13: Coeficiente de GINI – Mesorregião da Região do Rio Negro – Solimões.

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do PNUD.

A capital do estado apresentou uma modesta queda, onde em 2000 apresentou um índice equivalente a 0,62 em 2010 um índice de 0,61, demonstrando pouca circulação de renda, salvo o nível de arrecadação que o município apresentou em 2010 que corresponderam a milhões, significando que houve nesse período um aumento da renda no estado, entretanto o nível de desigualdade também se mostrou alto neste período.

Consecutivamente, cabe destaque o município de Coari, este que apresentou a segunda maior arrecadação do estado, conforme o gráfico 13, o índice de Gini desta região deu um salto de 0,57 para 0,64 em 2010. O município teve um grande crescimento com o gasoduto Coari-Manaus, houve geração de emprego e renda, todavia não o índice de desigualdade de renda aumentou nesta região. O índice de Gini, que mede o nível de desigualdade entre as regiões, tem demonstrado que nos municípios do estado não ocorreu à circulação de renda necessária para dissipar ou diminuir a desigualdade e a pobreza no Amazonas.

Posto isto, o grande volume arrecadado de imposto no estado não significou uma diminuição da desigualdade, demonstrando apenas uma concentração de renda nos municípios, municípios estes que sofrem com a grande falta de investimento em saúde, educação e tecnologias voltadas para a agropecuária e agricultura que são a fonte de economia de muitas destas regiões.

Municípios como Coari e Manaus, demonstram que a riqueza dos mais ricos está crescendo cada vez mais, não havendo uma distribuição justa da renda. Cabe ressaltar que os municípios possuem grande potencial econômico, conforme mencionado anteriormente, todavia tal potencial não está suprimindo o nível de pobreza no estado. Por fim, isto também demonstra uma concentração na acumulação de riqueza gerando grandes fortunas para os mais ricos dentro do estado.

#### **4. DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DO AMAZONAS**

É possível perceber o grande potencial econômico dos municípios do Estado do Amazonas. Em termos de atividades econômicas, grande parte dos municípios tem como principal a agricultura. Nesse sentido, conforme destacado no capítulo anterior, foi permitido perceber, um crescimento da renda, entretanto tal incremento não pôde ser caracterizado como uma circulação de renda de maneira equitativa nos mesmos.

Assim, é interessante destacar a desigualdade de renda que assola parcela da população do Estado. Desta maneira, este capítulo de análise irá tratar sobre a relação entre desigualdade de renda e impostos, conforme proposto por este estudo.

##### **4.1 Impostos e Desigualdade de Renda nos Municípios do Amazonas**

Os números têm mostrado realidades não tão otimistas para os municípios do Amazonas, uma vez que a finalidade do imposto não é apenas financiar o Estado, mas também garantir a igualdade entre a população diminuindo as desigualdades sociais e econômicas. O perfil da distribuição de renda no interior do Amazonas tem se mostrado desfavorável em relação ao alto nível de arrecadação que os municípios apresentaram.

No ano de 2010 a concentração de renda no interior do estado foi ainda maior em comparação com o ano 2000. Conforme foi destacado anteriormente, todos os municípios tiveram um crescimento de renda. Entretanto é relevante afirmar que a grande maioria desses municípios apresentaram um índice de Gini próximo de 1, demonstrando um aumento na concentração de renda nesses municípios. Em consequência a isto, o gráfico 14 e 15 demonstram como se deu a relação do IRRF e o índice de Gini no 2000 e de 2010, respectivamente.

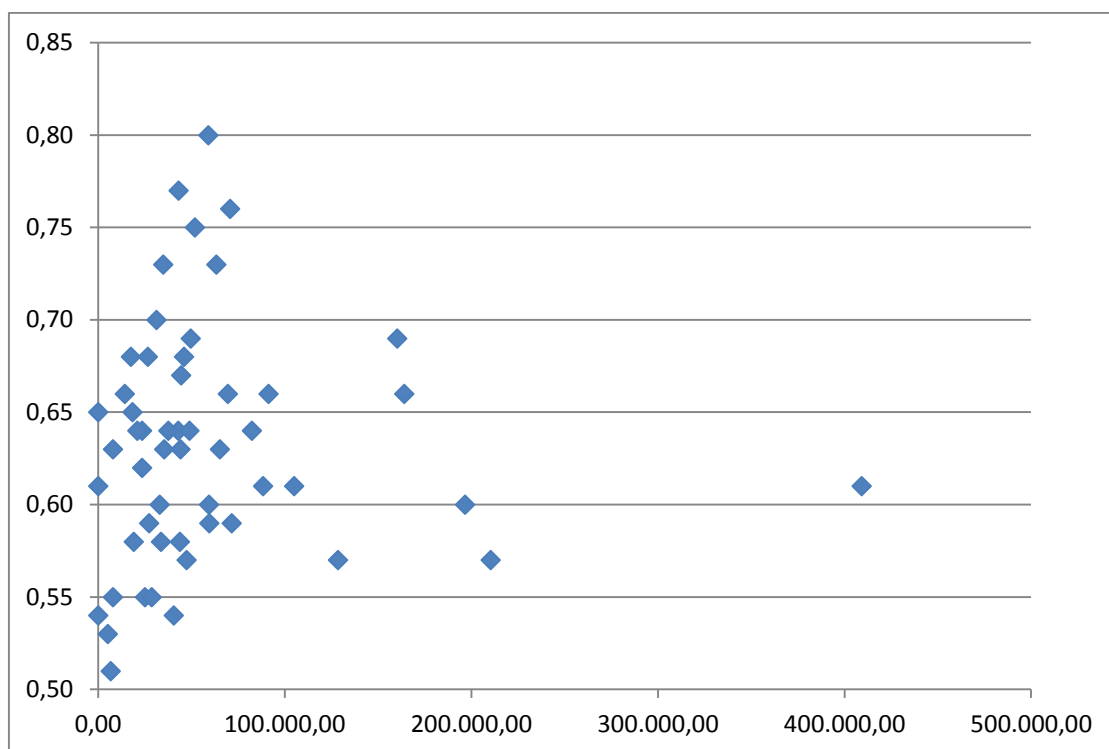


Gráfico 14: Relação entre a arrecadação de IRRF em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2000.

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados FINBRA 2000 e PNUD 2000.

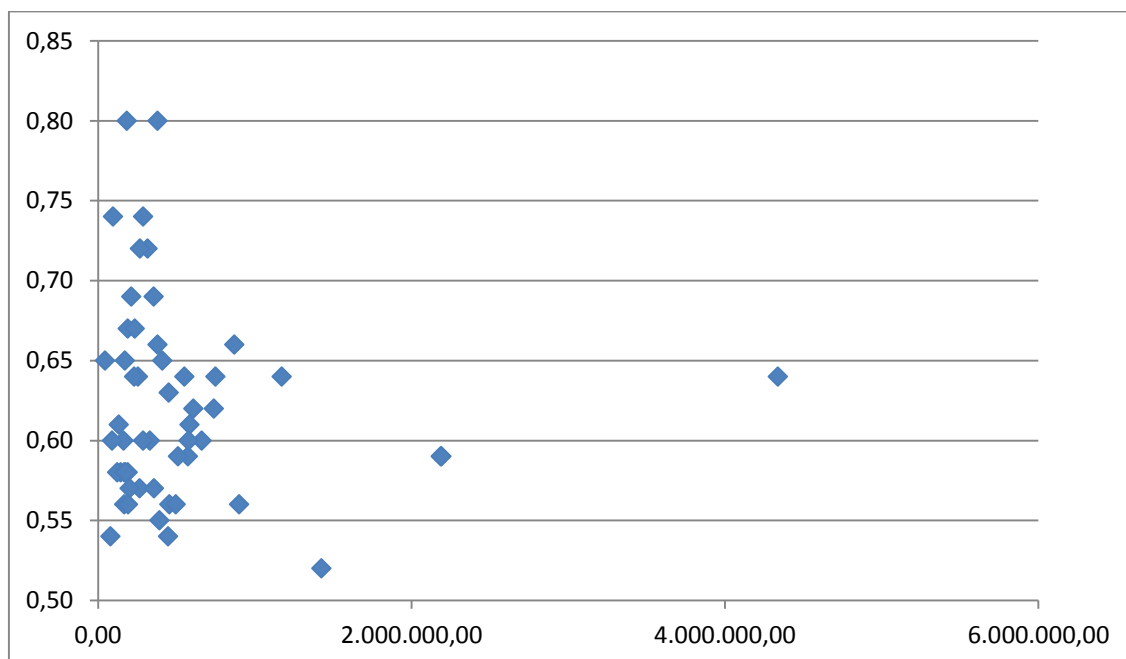


Gráfico 15: Relação entre a arrecadação de IRRF em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2010.

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados FINBRA 2010 e PNUD 2010.

Os gráficos apresentados acima comparam as taxas de crescimento do IRRF nos anos já mencionados em relação ao índice de Gini. No ano 2000, os municípios que possuíam um volume grande arrecadação do IRRF também eram

os mesmos que possuíam um elevado índice de Gini, e municípios com uma menor arrecadação do imposto também apresentaram a mesma característica. Em 2010, houve um grande crescimento na arrecadação deste tributo, entretanto o índice de Gini se apresentou ainda mais alto em alguns municípios, como nos casos dos municípios de Coari, Maraã, Tefé etc.

Assim, é possível ainda afirmar que os municípios que possuem alto nível de arrecadação também possuem alto nível de desigualdade, posto que estes variam de 0,6 pra cima e não temos nenhum município (que eu saiba) que tem Gini < 0,5, com destaque para o município de Coari, que apresentou a segunda maior arrecadação no estado no ano de 2010.

Por conseguinte, no que se refere ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), que incide sobre o patrimônio, este é tido como um imposto capaz de reduzir as desigualdades sociais sem depender de repasses da união. No caso dos municípios do Amazonas, a arrecadação do IPTU foi crescente na grande maioria dos municípios do estado. Em relação ao ano 2000 os municípios com menores arrecadação foram os que apresentaram um nível de desigualdade maior, já em 2010 essa relação não fica tão clara, pois as regiões que demonstraram crescimento na taxa de arrecadação, expuseram aumento em termos de desigualdade e em outras regiões foi verificado uma diminuição.

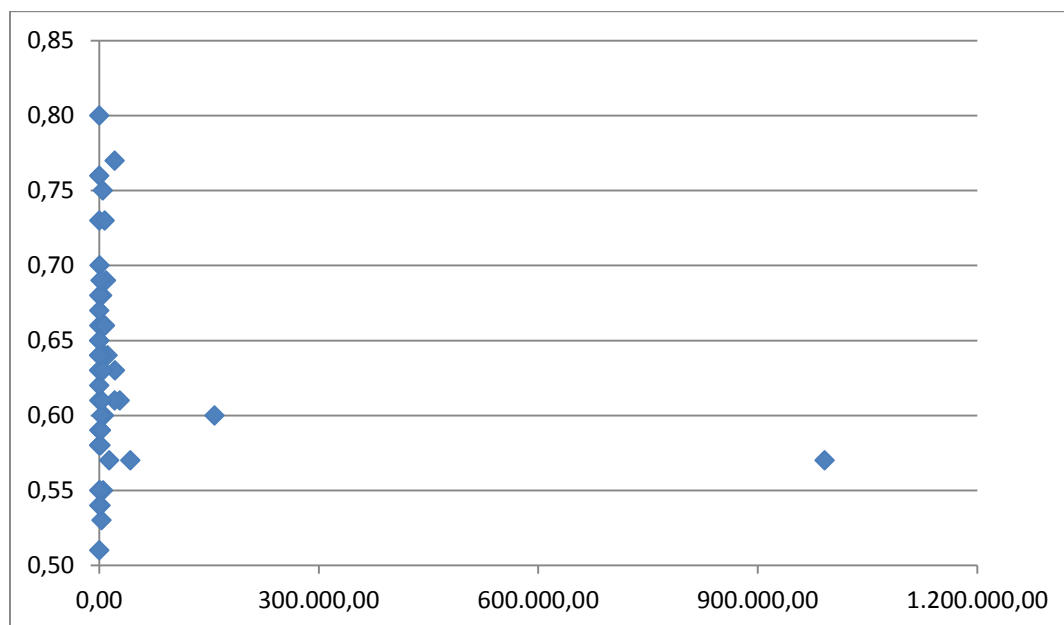


Gráfico 16: Relação entre a arrecadação de IPTU em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2000

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados FINBRA 2000e PNUD 2000.

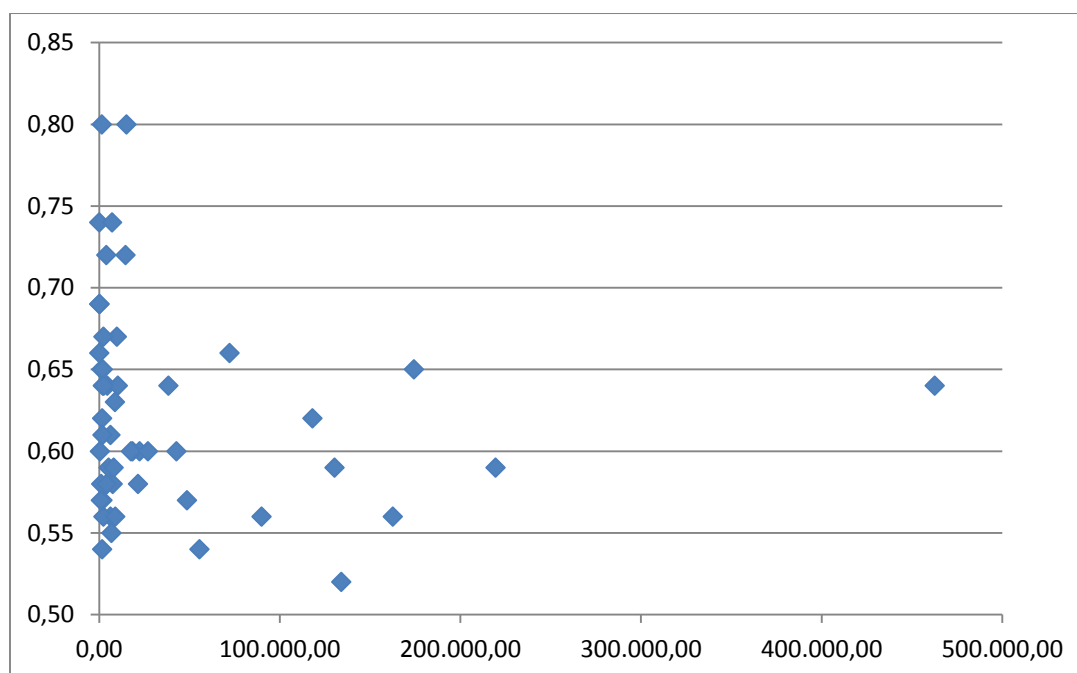


Gráfico 17: Relação entre a arrecadação de IPTU em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2010.

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados FINBRA 2010 e PNUD 2010.

No ano de 2010 houve uma desconcentração dos municípios em relação ao ano 2000. Em meio a isto, ocorreu em paralelo maior arrecadação do IPTU para alguns municípios, Dessa forma, houve um aumento de riqueza de patrimônio e esta foi percebido por uma minoria da população. No que diz respeito a desigualdade foi percebido que, apesar da desconcentração já mencionada, não houveram melhoras significativas, dado que os municípios analisados permaneceram com índice de Gini entre 0,80 e 0,50.

Com relação ao ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), este é tributado em cima de transações de transferência ou cessão de imóveis como apartamentos, casas, galpões, lojas, onde conforme o IRRF e o IPTU este também incide de forma direta no patrimônio dos cidadãos, possui como finalidade não só a arrecadação de recursos mas também a função de reduzir as desigualdades sociais.

De acordo com os gráficos 18 e 19, é permitido observar que sua arrecadação foi bem concentrada, de maneira que quanto mais houve crescimento na taxa de arrecadação mais houve aumentos nos índices de desigualdade.

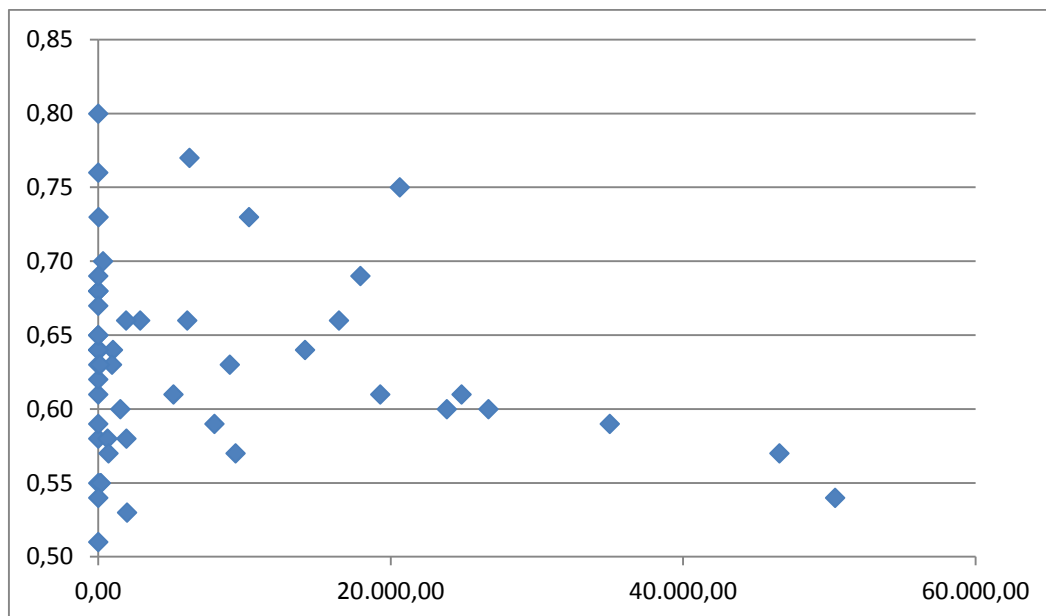


Gráfico 18: Relação entre a arrecadação de ITBI em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2000.

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados FINBRA 2000 e PNUD 2000.

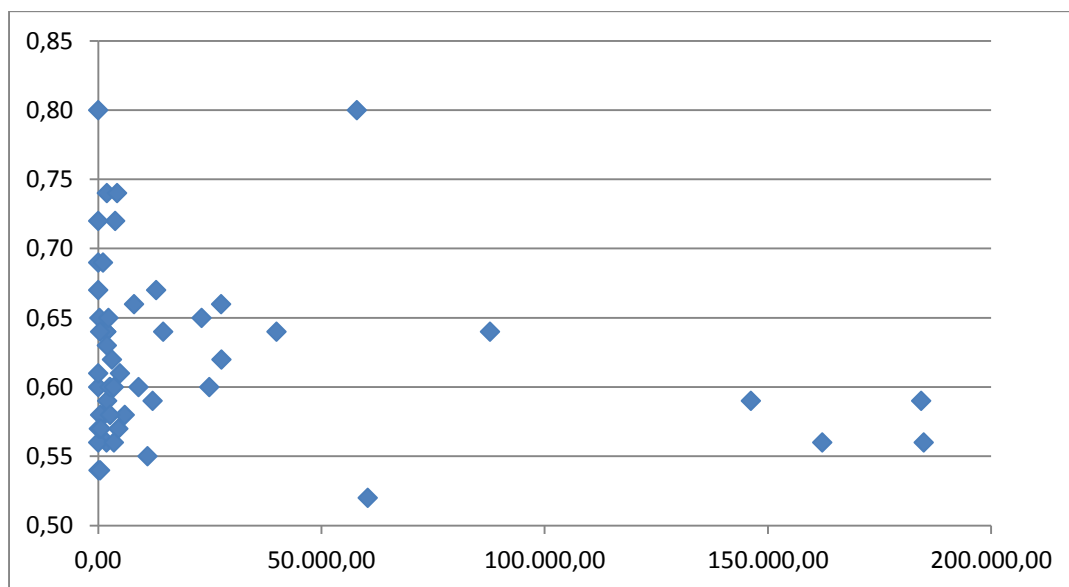


Gráfico 19: Relação entre a arrecadação de ITBI em R\$ e índice de Gini dos 54 municípios do Amazonas – Ano 2010.

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados FINBRA 2010 e PNUD 2010.

No ano 2000, o crescimento do patrimônio foi bem maior em relação ao ano de 2010, onde neste último ano, sua relação com o índice de Gini, foi bem diversificada, pois foi verificada duas características quanto ao aumento de arrecadação do imposto, enquanto alguns apresentaram crescimento em termos de desigualdade, outros apresentaram queda em termos de desigualdade. Os municípios que apresentaram queda, ainda que pouco significativas, em termos

de desigualdade, foram principalmente os municípios que se encontram longe da capital.

Em consequência, tendo em vista a incidência direta do IRRF, IPTU e ITBI sobre renda e o patrimônio da população e que a renda é a uma variável dentro do estudo do índice de Gini que mede a desigualdade de uma região, é válido estimar as relações que esses impostos possuem com o índice de Gini. Assim, no tocante as inferências dos modelos propostos por este estudo, o quadro 2 demonstra de forma resumida a inferência para o 2000, conforme segue:

Modelo 1: MQO, usando as observações 1-54					
Variável dependente: GINI2000					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
IRRF2000	-0,0390322	0,00406581	-9,6001	<0,00001	***
IPTU2000	-0,00336971	0,00650043	-0,5184	0,60643	
ITBI2000	-0,00250453	0,00650436	-0,3851	0,70180	
Média var. dependente	-0,464539	D.P. var. dependente		0,099024	
Soma resíd. quadrados	1,474866	E.P. da regressão		0,170056	
R-quadrado	0,878838	R-quadrado ajustado		0,874087	
F(3, 51)	123,3082	P-valor(F)		2,30e-23	
Log da verossimilhança	20,58857	Critério de Akaike		-35,17714	
Critério de Schwarz	-29,21019	Critério Hannan-Quinn		-32,87592	
Teste de White para a heteroscedasticidade -					
Hipótese nula: sem heteroscedasticidade					
Estatística de teste: LM = 45,6566					
com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(9) > 45,6566) = 6,97344e-07$					
Teste da normalidade dos resíduos -					
Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal					
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 12,5845					
com p-valor = 0,00185056					

Quadro 2: Estatística de Regressão para o ano 2000 – Variável dependente: GINI

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados de FINBRA e PNUD.

O quadro resumo do modelo estimado para o ano 2000, expos que o mesmo apresentou coeficientes significativos ao nível significância de 5%, visto que do ponto de vista de significância conjunta o modelo foi bem-sucedido no teste F, obtendo um  $p$  valor abaixo de 0,05. Todavia, considerando as variáveis de maneira individual somente a variável IRRF obteve um  $p$  valor abaixo de 0,05. Quanto aos coeficientes de determinação  $R^2$  e  $R^2$  ajustado, estes também foram significativos. O modelo não apresentou problemas de heteroscedasticidade e



colinearidade, de modo que as variáveis obtiveram valores abaixo de 10,0, conforme estabelecido pelo teste, e os resíduos apresentaram distribuição normal. Quanto ao modelo estimado para o ano de 2010 segue o quadro resumo 3 a seguir:

Modelo 2: MQO, usando as observações 1-54					
Variável dependente: GINI2010					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
IRRF2010	-0,0331426	0,00404466	-8,1941	<0,00001	***
IPTU2010	-0,00862533	0,00618707	-1,3941	0,16933	
ITBI2010	0,00330279	0,00447599	0,7379	0,46396	
Média var. dependente	-0,479989	D.P. var. dependente		0,096014	
Soma resíd. quadrados	0,519682	E.P. da regressão		0,100945	
R-quadrado	0,959807	R-quadrado ajustado		0,958231	
F(3, 51)	405,9569	P-valor(F)		1,44e-35	
Log da verossimilhança	48,75239	Critério de Akaike		-91,50479	
Critério de Schwarz	-85,53784	Critério Hannan-Quinn		-89,20357	
Teste de White para a heteroscedasticidade -					
Hipótese nula: sem heteroscedasticidade					
Estatística de teste: LM = 10,6992					
com p-valor = P(Qui-quadrado(9) > 10,6992) = 0,296894					
Teste da normalidade dos resíduos -					
Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal					
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 4,31768					
com p-valor = 0,115459					

Quadro 3: Estatística de Regressão para o ano de 2010 – Variável dependente: GINI

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados de FINBRA e PNUD.

Do mesmo modo que o modelo estimado em 2000, a inferência realizada para o ano 2010, também apresentou coeficientes significativos de maneira conjunta ao nível de significância de 5%, obtendo  $p$  valores abaixo de 0,05. Igualmente ao modelo anterior as variáveis que obtiveram  $p$  valores abaixo de 0,05 foi o IRRF. Em relação aos coeficientes de determinação  $R^2$  e  $R^2$  ajustado, estes foram significativos para o modelo. Do mesmo modo que o anterior este não também não apresentou problemas de heteroscedasticidade e nem colinearidade, tendo em vista que as variáveis apresentaram valores de 10,0, conforme especificado pelo teste, e os resíduos também obtiveram distribuição normal.

Os modelos inferidos explicitam que o índice de Gini possui relação inversa com as variáveis explicativas, onde aumentos na arrecadação dos mesmos

proporcionam uma diminuição no índice de Gini, no qual aumento de 1% no IRRF acarreta uma redução de  $-0,03314261$  em termos de desigualdade, de igual modo ocorrem para as outras variáveis, exceto para o ITBI no ano de 2010. Assim, através das inferências foi possível obter as seguintes estruturas:

Para o ano 2000:

$$Gini2000 = -0,0390322IRRF - 0,00336971IPTU - 0,00250453ITBI$$

Para o ano de 2010:

$$Gini2010 = -0,0331426IRRF - 0,00862533IPTU + 0,00330279ITBI$$

Logo, de acordo com as relações explicitadas pelo modelo, se bem aplicadas às transferências ocasionadas pela distribuição destes impostos, pode-se esperar uma redução da desigualdade de renda e social nos municípios do interior do Amazonas. É relevante ainda destacar que a variável IRRF, segundo a inferência realizada é a que mais produz impacto sobre o índice de desigualdade, de modo que aumentos de renda proporcionam uma maior arrecadação e a mesma propicia diminuição em termos de desigualdade para um determinado município.

Conforme a relação verificada entre as variáveis explicativas e a variável explicada, o modelo evidencia uma contradição na realidade dos municípios, pois os municípios apresentaram grandes taxas de crescimento na arrecadação dos impostos, entretanto também expuseram altas taxas de desigualdade, comprovando uma concentração de renda entre uma minoria da população.

Ainda que pouco significativa, a variável ITBI para o ano 2010 demonstrou uma relação positiva com o índice de Gini, de modo que aumentos na arrecadação do imposto ocasiona aumento em termos de desigualdade. É permitido afirmar que este último imposto também demonstra que a riqueza de patrimônio se encontra concentrada entre os 1% mais ricos da população nos municípios do interior do estado e na capital, pois este, conforme Alvares (2006) incidi diretamente sobre bens imóveis, logo se pode afirmar que houve um aumento de transferências de imóveis entre os mais ricos tendo em vista a relação positiva demonstrada no modelo para no ano de 2010.

Segundo a inferência, tendo em vista que a variável IRRF é a que mais explica a variável dependente (GINI) dentro deste modelo, pode-se justificar este cenário pelos aumentos de renda, pois com uma melhora no setor econômico de uma cidade é verificado aumentos de renda entre os cidadãos, já os indivíduos

que recebem até 2 salários mínimos demora muito mais tempo para adquirir um imóvel e aumentar seu patrimônio, com isso a arrecadação do IPTU e ITBI não terão os mesmos níveis de arrecadação do IRRF.

É importante notar que aumentos na arrecadação do IRRF não significam um crescimento da circulação de renda, pois a renda dos mais ricos pode crescer causando uma taxa crescente de IRRF. Sendo assim, nos 54 municípios incluindo a capital do Amazonas, a renda se encontra concentrada não havendo circulação nos referidos anos, o que contribuiu para um nível de desigualdade ainda maior no estado em 2010.

A taxa de arrecadação do IRRF se demonstrou altíssima em 2010 entre os municípios, entretanto nada se pode afirmar sobre a forma de transferência dessa renda arrecadada nos municípios, pois é de se esperar que um município que arrecade mais de 4 milhões em IRRF possua uma notável distribuição de renda entre a população e um nível de desigualdade baixíssimo.

É relevante destacar ainda que para Piketty (2014) o recolhimento de IRRF é a principal variável que acarreta a desigualdade de renda e através dos dados recolhidos ele verificou a disparidade de renda entre os mais ricos e os mais pobres, assim Piketty (2014) afirma que a solução seria um imposto mais progressivo sobre a renda e a riqueza, entretanto o mesmo também destaca que é preciso pensar de maneira racional na criação e na aplicação do imposto. Enfim, aumentos de renda nos municípios do estado tem ocorrido em paralelo com a concentração de renda entre os mais ricos e que aumentos na arrecadação de IRRF não tem demonstrado uma circulação da renda dentro dos municípios no estado do Amazonas.

Os modelos propostos por este estudo não são definitivos, pois existem outras variáveis que podem ser levadas em consideração na análise da relação entre desigualdade e distribuição de renda como indicadores de saúde, crescimento econômico, renda familiar, fertilidade e etc. Também é relevante mencionar que as variáveis IPTU e ITBI apesar de pouco significativas para a explicação do nível de desigualdade neste modelo, estas não devem ser desconsideradas, pois incidem diretamente sobre a renda e sobre o patrimônio da população.

## 5. CONCLUSÃO

A desigualdade é vista como uma alocação de recursos não justa, sendo esta uma preocupação não só estado do Amazonas mas do Brasil e de outros diversos países ao redor do mundo, de forma que o agravamento da distribuição de renda acarreta diversos problemas, podendo ter como destaque principalmente a pobreza, sendo ocasionada pela concentração de renda e riqueza entre os 10% mais ricos de determinada região. Assim, no que refere ao objetivo geral desta pesquisa os modelos de regressão propostos tiveram significância, de modo que os mesmos passaram no teste F com nível de significância de 5%, apresentando  $R^2$  e  $R^2$  ajustado bastante significativo. Por conseguinte, os modelos estimados apresentaram  $p$  valores abaixo de 0,05, com distribuição normal dos resíduos, não indicando também problemas de heteroscedasticidade e de colinearidade.

Conforme descrito no modelo de regressão à relação entre o índice de Gini e as variáveis IRRF, IPTU e ITBI é inversa, no qual aumento de 1% no IRRF acarreta uma redução de  $-0,03314261$  em termos de desigualdade, de igual modo ocorrem para as outras variáveis, exceto para o ITBI no ano de 2010. Desta forma, como apresentado anteriormente à relação verificada entre as variáveis explicativas e a variável explicada evidencia uma contradição na realidade dos municípios, pois os municípios apresentaram grandes taxas de crescimento na arrecadação dos impostos, mas também expuseram altas taxas de desigualdade.

É relevante destacar ainda que, a variável que mais explica o modelo é o IRRF, deixando clara a relação entre aumentos da arrecadação e aumentos em termos de desigualdade, deixando claro que aumentos na arrecadação do IRRF não significam um crescimento da circulação de renda, pois a renda dos mais ricos pode crescer causando uma taxa crescente de IRRF.

No que refere à evolução do IRRF nos municípios do Estado, este apresentou taxas de crescimento crescente, onde se pôde destacar que todos os municípios dentro das mesorregiões tiveram um crescimento expressivo no ano de 2010 em comparação com o ano 2000, mostrando a ocorrência de um aumento na renda no interior do estado. Assim é relevante destacar algumas mesorregiões como a mesorregião do Triangulo Jutai - Solimões – Juruá que expôs uma taxa de crescimento de arrecadação do IRRF mais expressiva, de modo que, os municípios de Fonte Boa, Maraã, Tefé e Uarini apresentaram uma

taxa de crescimento da arrecadação do IRRF superior a 1000%. Consequentemente, na mesorregião do Purus, o município que mais arrecadou em 2010 foi Lábrea, onde a arrecadou cerca de 507 mil aproximadamente, apresentando uma taxa de crescimento em termos de arrecadação do IRRF de aproximadamente 630%.

Cabe destaque também na mesorregião do Juruá, o município de Carauari, apresentando em 2010 uma arrecadação em torno de 444 mil, tal crescimento passa a ser justificado pelo seu potencial extrativismo. De igual modo, na mesorregião do Baixo Amazonas, cabe destaque o município de Parintins, possuindo uma arrecadação em 2010 em torno de 2 milhões, acredita-se que tal crescimento é devido ao festival folclórico que aumenta a geração e circulação de renda no município.

Dentre os municípios que se concentram próximo a capital, é válido ressaltar os municípios de Itacoatiara, Maués e Presidente Figueiredo, situados na mesorregião do Médio Amazonas estes municípios foram os que mais arrecadaram, em termos absolutos, o IRRF, apresentando mais de 1 milhão de imposto recolhido em 2010.

Enfim, no que concerne à mesorregião Rio Negro – Solimões, onde se situa a capital do estado, foi observado que os municípios de Manaus e Coari possuíam em 2010 valores arrecadados muito superiores em relação a todos os outros municípios citados nesta pesquisa, dado que Coari apresentou pouco mais 4 milhões de imposto arrecadado e Manaus apresentou pouco mais de 57 milhões.

Posto isto, é relevante destacar novamente que o grande volume arrecadado de imposto no estado não significou uma diminuição da desigualdade, demonstrando apenas uma concentração de renda nos municípios. Desta forma, no que concerne a evolução do índice de Gini no Amazonas, estes apresentaram índices diversificados relacionando uns aos outros, pois foi possível observar que alguns demonstraram decréscimo e outros apresentaram um aumento. Apesar do grande aumento de renda em algumas regiões no de 2010 esta se mostrou bastante concentrada no referido ano.

Dentre os municípios que se encontram próximo a capital, cabe ressaltar Itacoatiara, Maués, Presidente Figueiredo, que pertencem à mesorregião do Médio Amazonas, foram os que mais apresentaram queda no índice de Gini em

2010. Em relação à mesorregião onde se concentra a capital do estado e o município que apresentou em 2010 a segunda maior arrecadação de IRRF do estado, apenas oito municípios apresentaram uma queda no índice de Gini no mesmo período.

A capital do estado mostrou uma modesta queda, onde em 2000 apresentou um índice equivalente a 0,62 em 2010 um índice de 0,61, demonstrando pouca circulação de renda, salvo o nível de arrecadação que o município apresentou em 2010 que corresponderam a milhões, significando que houve nesse período um aumento da renda no estado, entretanto o nível de desigualdade também se mostrou alto neste período.

Consecutivamente, cabe destaque o município de Coari, este que apresentou a segunda maior arrecadação do estado, o índice de Gini desta região deu um salto de 0,57 para 0,64 em 2010. O município teve um grande crescimento com o gasoduto Coari-Manaus, houve geração de emprego e renda, todavia não o índice de desigualdade de renda aumentou nesta região.

Conforme exposto no capítulo de análise a grande quantia arrecadada de imposto no Estado não implicou em diminuição da desigualdade, demonstrando apenas uma concentração de renda nos municípios, municípios estes que sofrem com a grande falta de investimento em saúde, educação e tecnologias voltadas para a agropecuária e agricultura que são a fonte de economia de muitas destas regiões.

Municípios não só como Coari e Manaus, mas todos os outros que obtiveram um grande volume arrecadado em 2010 em comparação com o ano 2000 demonstram que a riqueza dos mais ricos está crescendo cada vez mais, não havendo uma distribuição justa da renda. De modo que os municípios possuem grande potencial econômico, conforme mencionado anteriormente, todavia tal potencial não está suprindo o nível de pobreza no estado.

Por fim, um maior nível de desigualdade implica em desperdício do potencial de crescimento e desenvolvimento de cada município do Estado, beneficiando apenas uma minoria e proporcionando grandes transtornos para a grande maioria da população, onde muitos são levados à pobreza extrema.

## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, C. Amartya Sen. Reexaminando a desigualdade. **Revista Angolana de Sociologia**, vol. 10, 2012.

AFONSO, J. R. Imposto de Renda e Distribuição de Renda e Riqueza: as estatísticas fiscais e um debate premente no Brasil. **Revista de Estudos Tributários e Aduaneiros, Brasília**, ano I, n.01, p. 28-60, dez. 2014.

ALMEIDA, F. C. Poder Americano e Estados Nacionais: Uma Abordagem a partir das Esferas Econômica e Militar. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

ALMEIDA, P. R. Distribuição mundial de renda: as evidências desmentem as teses sobre concentração e divergência econômica. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, 2007.

ALVAREZ, B. Imposto sobre Transmissão de Bens: ITBI e ITCMD. Um estudo Comparativo. Artigo apresentado no **I Encontro de Estudos Tributários**. Londrina, Instituto de Direito Tributários, 2006.

ALVAREZ, A. R. Desenvolvimentos Teóricos sobre Distribuição de Renda, com ênfase em seus Limites. **Dissertação de Mestrado**, Universidade de São Paulo, 1996.

ALVES, J. E. D., BRUNO, M. A. P. Crescimento demoeconômico e desigualdade no século XXI. **R. Bras. Est. Pop.**, v. 31, n.2, Rio de Janeiro, 2014.

AVILA, R. I. Os limites atuais da distribuição de renda e riqueza no Brasil. **Brasil Debate**, 2014.

BARROS, R. P. ET AL. A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil. **Texto para Discussão**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

BARROS, R.P., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 nº 42, 2000.

BIRDSALL, N. Educação: O Patrimônio do Povo. In: Teófilo E. (org.). **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília, 2000.

BOOTH, A. O Capital, de Thomas Piketty, e o espectro da desigualdade. **Esquerda Marxista**, 2014.

CAMARGO, J. M. Política Social no Brasil - Prioridades Erradas, Incentivos Perversos. **São Paulo em Perspectiva**, 2004.

CARDOSO, L. A. A categoria Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. Tempo Social, **Revista de Sociologia da USP**, v. 23, n. 2, 2011.

CASTRO, F. A. Imposto de Renda da Pessoa Física: Comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição. **Dissertação de Mestrado**, Universidade de Brasília, 2014.

CASTRO, R. S. Efeitos da Desigualdade de Renda sobre o Crescimento Econômico no Brasil: Uma Análise Não-Linear. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CRUZ, D.S., RIBEIRO, K.C.C. Maués – Amazonas: Perspectivas para o Ecoturismo. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus – Ed. IV, 2010.

DÁVILA-FERNÁNDEZ, M., OREIRO, J. L. Piketty à luz de Pasinetti e Foley: Distribuição da renda, crescimento balanceado e fragilidade financeira. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, 2014.

ESTENSSORO, L. Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina. **Dissertação de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2003.

FEIJÓ, C. M., RAMOS, R. L. O. **Contabilidade Social**. 4ª Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2013.

FERNANDES, R., MENEZES-FILHO, N. A Evolução da Desigualdade de Rendimento no Brasil Metropolitano entre 1983 e 1997. **Estudos Econômicos**, Vol. 30, 2000.

FERREIRA, F.H.G. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional? **Seminário sobre Desigualdade e Pobreza no Brasil**, PUC – Rio de Janeiro, 2000.

FERREIRA, P. S. S. O Imperialismo: Os teóricos precursores e o debate contemporâneo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, **Série - Produção Acadêmica Premiada**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.

FILHO, A.E., GUZZO, R.S.L. Desigualdade Social e Pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, nº 1, pag. 35-44, 2009.

FONSECA, J. H., ILHA, L. S. O., MARIA, P. F. **Renda, Riqueza e Desigualdade Social**. 2013.

**FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**. Mudança Regional e Desigualdade de Renda no Brasil. Vol. 15, set. 2014.

GODINHO, I. C. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, IPEA, CODE, 2011.

GRANJA, G. F., ZOBOLI, E. L. C. P., E FRACOLLI, L. A. O Discurso dos Gestores sobre a Equidade: um desafio para o SUS. **Revista Ciência E Saúde Coletiva**, 2009.



GUIMARÃES, R. P. Globalização, desigualdade e pobreza: a insustentabilidade socioambiental do “livre comércio”. **Revista de Ciências Sociais da PUC – RJ**, Rio de Janeiro: PUC, 2008.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, Ipea, 2000.

\_\_\_\_\_. Efeito Potencial do Imposto de Renda na Desigualdade. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.32, n.1, abril, 2002.

\_\_\_\_\_. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: A contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade**, Campinas, 2009.

HOLANDA, M.C., GOSSON, A. M.P.M., E NOGUEIRA, C.A.G. O Índice de Gini como Medida de Concentração de Renda. **Nota Técnica 14**, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, 2006.

KRUGMAN, P., WELLS, R. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

LEITE, L. M. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: Uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 2, Campinas, 2014.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, M.S.B., MAY, P. Expansão da Fronteira Agrícola no Sul do Amazonas e sua Relação com o Incremento do Desmatamento nas Áreas de Cerrados e Campos Naturais. **VI Encontro de Economia Ecológica**, 2005.

LINHARES, F. ET AL. A Hipótese de Kuznets e Mudanças na Relação entre Desigualdade e Crescimento de Renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 42, n. 3, dez. 2012.

MAGALHÃES, L. C. G. ET AL. Tributação, Distribuição de Renda e Pobreza: Uma Análise dos Impactos da Carga Tributária Sobre Alimentação nas Grandes Regiões Urbanas Brasileiras. **Texto para Discussão n. 804**. IPEA, Brasília, 2001.

MAHARAJH, R. A Economia Verde, A Pobreza e a Desigualdade Mundial. **Documento de trabalho para o Ateliê Internacional: Biocivilização para a Sustentabilidade da Vida e do Planeta**. Rio de Janeiro, 2011.

MALTA, D. C ET AL. Bullying nas Escolas Brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2009. **Ciência E Saúde Coletiva**, 15(2), 3065–3076, 2010.

MALTHUS, T. R. **Princípios de Economia Política: E Considerações sobre sua Aplicação Prática**. Os Economistas, 1996.

- MARIUZZO, P. Imposto sobre Grandes Fortunas para Reduzir a Desigualdade. **Ciê. Cult.** vol.66 n. 4. São Paulo, 2014.
- MARTINS, B. B. Desenvolvimento e desigualdades em Amartya Sen. **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Buenos Aires, 2009.
- MARX, K. **O Capital**. Edição Condensada. Os Economistas, 1996.
- MEDEIROS, M., SOUZA, P.H. G. F., CASTRO, F. A. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, n.1, Rio de Janeiro, 2015.
- MEIRA, L. A., SANTOS, P. G. F., TABAK, B. M. Review of Capital in the Twenty-first Century, by Thomas Piketty. **Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros**, Brasília, v.01, n.01, p. 431-441, dez. 2014.
- MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**. Brasília, 2013.
- MOREIRA, P. **Igualdade/Desigualdade; Convergência/Divergência**. Lisboa, 2011.
- MYRDAL, G. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. Os Economistas, 1997.
- NABARRO, S. A., SUZUKI, J. C. A Renda da Terra nos Autores Clássicos. **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre, 2010.
- NICOLAU, R. MOÇÃO DE REPÚDIO. **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS**, Manaus, Mar. 2015.
- NISHI, L. F. Coeficiente de GINI: uma medida de distribuição de renda. **Universidade do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2010.
- NOGAMI, O. **Economia**. Edição Revisada, IESDE Brasil S.A. Curitiba, 2012.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo, Labur Edições, 2007.
- PAULANI, L. M., BRAGA, M. B. **A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia**. 3ª Ed., Saraiva, São Paulo, 2007.
- PAYERAS, J. A. P. A Carga tributaria no Brasil e sua distribuição. **Dissertação de Doutorado**, ESALQ – USP, Piracicaba, 2008.
- PIKETTY, T. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2015.
- \_\_\_\_\_. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2014.

RESENDE, A. L. Da Escassez Absoluta à Relativa: riqueza, crescimento e desigualdade. **Revista da USP**, 2014.

RIZEK, M. B. Comercialização de óleos vegetais na Reserva Extrativista do Médio Rio Juruá, Carauari-AM: de uma estratégia de “desenvolvimento sustentável” á mercantilização de comunidades tradicionais extrativistas. **Trabalho de Conclusão de Curso**, Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro, Rio Claro, SP, 2006.

ROCHA, S. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. HENRIQUES, R. (Org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

\_\_\_\_\_. O Impacto Distributivo do Imposto de Renda sobre a Desigualdade de Renda das Famílias. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.32, n.1, abril, 2002.

SANTOS, A. S. *ET AL*. Simulações de impactos setoriais sobre a distribuição de renda e o crescimento econômico: evidências para o Brasil. **Área 6 – Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições**. ANPEC, 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO. **Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus – Atlas Municipal**. Vol. 1.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SEN, A. Inequality reexamined. **Russel Sage Foundation**. Nova York, 1992.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. Companhia das Letras. São Paulo, 1999.

SCHMAL, P. "Bem ali em Carauari". **Instituto de Conservação e Desenvolvimento do Amazonas, 2012**.

SILVA, A. M. R., NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. **Conferência Latino Americana e Caribenha sobre a Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre, 2010.

SILVA, J. C. F. **Modelo de Análise Macroeconômica: Um Curso Completo de Macroeconomia**. Campus, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, J. O. C. **Amartya Sen: Desenvolvimento como Liberdade**. Programa de Doutorado em Economia, Faculdade de Economia do Porto. 2010.

SILVEIRA, F. G. Tributação, Previdência e Assistência Sociais: Impactos distributivos. **Finanças Públicas – XIII Prêmio Tesouro Nacional**, 2008.

SIMONI, M. **Macroeconomia - Distribuição de renda é desenvolvimento**. Edição 60, Brasília, 2010.

- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Os Economistas, 1996.
- SOUZA, A. P. Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família. In: BACHA, E.; SCHWARRZMAN, S. (Ed.). **Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- SOUZA, M. M. C. Gasto público, tributos e desigualdade de renda no Brasil. **XVII Prêmio Tesouro Nacional**, Brasília, 2012.
- SOUZA, N. J. **Uma Introdução à História do Pensamento Econômico**. USP, São Paulo, 2005.
- SOUZA, R. M. Crescimento Econômico e Desigualdade na Distribuição de Renda no Brasil dos anos 1970 a 2007. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- TANZI, V. Os Determinantes Fundamentais da Desigualdade e o Papel do Governo. In: **Distribuição de Riqueza e Crescimento**. Org.: Teófilo, E. Brasília, 2000.
- TUROLLA, F. A. Globalização e Desigualdade. **RAE Executivo**, vol.2 nº4, 2004.
- UNTC. Uma Leitura das Nações Unidas sobre os Desafios e Potenciais do Brasil. **Avaliação Conjunta do País**, 2005.
- VARIAN, H. R. **Microeconomia – Uma Abordagem Moderna**. 8ª Ed., Elsevier, 2010.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável - O desafio do Sec. XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- WOLFFENBÜTTEL, A. O que é – Índice de GINI. **IPEA – Desafios do Desenvolvimento**, Ano 1, Ed. IV, 2010.

## 7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Descrição	Ago 2015	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2016	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Definição do objeto e objetivos	X											
2	Levantamento Bibliográfico para o Marco Referencial		X	X	X								
3	Elaboração do capítulo de contextualização					X	X	X					
4	Elaboração do capítulo de resultados							X	X				
5	Revisão da argumentação da pesquisa								X	X			
6	Elaboração do Resumo e Relatório Final										X	X	X